



THIAGO DE SOUSA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
ARTESANATO: UMA ANÁLISE DE DOIS
MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

LAVRAS-MG

2012

THIAGO DE SOUSA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARTESANATO: UMA ANÁLISE DE
DOIS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador

Dr. Cleber Carvalho de Castro

Coorientadora

Dra. Rosa Teresa Moreira Machado

LAVRAS – MG

2011

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Santos, Thiago de Sousa.

Desenvolvimento local e artesanato : uma análise de dois
municípios de Minas Gerais / Thiago de Sousa Santos. – Lavras:
UFLA, 2012.

128 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.

Orientador: Cleber Carvalho de Castro.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Atividade artesanal. 3.
Turismo. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 338.477455

THIAGO DE SOUSA SANTOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E ARTESANATO: UMA ANÁLISE DE
DOIS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 21 de dezembro de 2011.

Dra. Rosa Teresa Moreira Machado UFLA

Dra. Ana Alice Vila Boas UFLA

Dr. Rodrigo Gava UFV

Dr. Cleber Carvalho de Castro
Orientador

LAVRAS – MG

2011

*A minha família, sobretudo aos meus pais, os quais me permitiram
realizar mais este sonho,*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde, fé e oportunidade de ter cursado este mestrado. Espero poder ajudar a construir um mundo melhor com a formação adquirida.

À Universidade Federal de Lavras, ao Departamento de Administração e Economia e ao Programa de Pós-Graduação em Administração, pela possibilidade de cursar o mestrado.

Ao professor Cleber Carvalho de Castro, pela gratificante orientação durante o transcurso deste trabalho, além da compreensão, paciência e apoio para a superação dos fatos e obstáculos que surgiram durante esta jornada. À professora Rosa Teresa Moreira Machado, pela grandiosa coorientação e valiosas ideias que deram origem a esta dissertação.

Aos artesãos e empresários do setor artesanal de Resende Costa e Santa Cruz de Minas, de maneira geral, assim como os respectivos representantes públicos, de instituições de apoio e de outras entidades, pela disponibilidade e colaboração no fornecimento das informações necessárias para a elaboração do trabalho de pesquisa.

Aos meus pais, Sr. Adilson Reis dos Santos e Sra. Maria Aparecida de Sousa Santos, que sempre apoiaram e esforçaram-se para viabilizar as oportunidades de estudos e de crescimento pessoal e profissional dos filhos. Ao incondicional apoio e amor durante toda a vida e em especial, durante uma das fases mais críticas da minha vida. Graças a vocês eu consegui superá-la. Amarei vocês eternamente!

A meu irmão querido, Renato Sousa Santos, por todas as horas de alegrias, tristezas e superações compartilhadas.

A minha querida Avó, que nos deixou no período em que estava no mestrado, mas seu amor e carinho ficarão por toda eternidade.

A toda a minha família, pela força e apoio ao longo destes anos e pelo carinho, receptividade e acolhida de sempre.

Aos meus amigos e amigas de todas as horas, em especial Ewerton Avelar, Marília Teixeira, Isabel Silva, Thiago Sales, Américo Pierangeli, Daniel leite, Solange Rivelli, Marcelo Arteiro, João Paulo Nascimento, André Muniz e Wellington Tavares, pelos trabalhos, artigos, conversas e momentos felizes compartilhados no período de mestrado, e, enfim, por todas as demonstrações de sentimentos de amizade que, por vezes, confundem-se com laços fraternais. A todas as pessoas que passaram por minha vida neste período e que proporcionaram momentos de grande alegria e felicidade.

A minha namorada, Rose, que passou a fazer parte da minha vida ajudando-me a superar meus limites a cada dia e que vem tornando a caminhada mais feliz e saborosa desde então. Obrigado, pelo carinho, afeto e inspiração!

A todos meus colegas de pós-graduação, pelo coleguismo, trabalhos, estudos, discussões, divagações, confraternizações e, principalmente, pela amizade.

Ao Grupo de Estudos em Redes, Estratégia e Inovação, GEREI, grande responsável pela minha formação extracurricular durante minha trajetória na UFLA e pela motivação no desenvolvimento do senso crítico no campo profissional e, sobretudo na prática da cidadania. Além, é claro, das inúmeras amizades construídas ao longo destes anos, por conta das muitas e variadas atividades desenvolvidas.

Por fim, meu muito obrigado pela atenção, respeito e, muitas vezes, pela força e pelo carinho durante todo este período de superação.

"Aqueles que não tentam criar o futuro que desejam, precisam aguentar o futuro que conseguem".

Kanffmon Jr.

RESUMO

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental. Além do potencial de ocupação e geração de renda, é uma expressão da riqueza cultural de um povo e tem forte vinculação com o setor de turismo. A atividade vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local, mostrando-se como uma alternativa sustentável e, até mesmo, estratégica no crescimento econômico de certas localidades. Nesse sentido, este trabalho foi realizado com o objetivo de descrever e analisar o papel econômico, social e cultural exercido pelo artesanato no desenvolvimento local dos municípios mineiros de Resende Costa e Santa Cruz de Minas. Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando-se o método de estudos multicase e dados primários e secundários. Para a coleta dos dados primários foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com artesãos, empresários do setor artesanal e instituições de apoio de cada município, totalizando 20 entrevistas e 19 entrevistados. As informações obtidas foram tratadas por meio de análise de conteúdo e, juntamente com os dados secundários coletados de fontes diversas, foram estabelecidos os nexos causais. Dessa forma, pretende-se contribuir para o entendimento teórico e prático de como a atividade artesanal pode contribuir para o desenvolvimento local de municípios que têm no artesanato expressiva fonte de renda. Os resultados obtidos no município de Resende Costa demonstram que a atividade artesanal vem desenvolvendo importante papel no desenvolvimento local. Em Santa Cruz de Minas, o artesanato é ainda recente, mas já sinaliza suas potencialidades econômica, social e cultural para o desenvolvimento do município.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Artesanato. Turismo

ABSTRACT

The craft is an activity that can be analyzed in its historical dimensions, economic, social, cultural and environmental. Besides the potential of employment and income generation, is an expression of cultural wealth of a people and has strong linkages with the tourism sector. The activity meets the conceptual proposals of the local development, showing itself as a sustainable alternative and even strategic in the economic growth of certain localities. Thus, this dissertation has as objective describe and analyze the role of economic, social and cultural exercised by crafts to the local development of the Minas Gerais municipalities like, Resende Costa and Santa Cruz de Minas. It was adopted a qualitative approach, using the method of multicase studies and with use of primary and secondary data. To collect the primary data were used semi-structured interviews with artisans, craft sector entrepreneurs and support institutions in each city, totaling 20 interviews and 19 respondents. These were treated by means of content analysis and together with secondary data collected from diverse sources were established the causal links. So, intended to contribute to theoretical and practical understanding of how the craft activity may contribute to the local development of municipalities that have the craft as significant source of income. The results obtained in the municipality of Resende Costa show that the craft activity has developed an important role for the local development. In Santa Cruz, the craft is still recently, but already signals its potential economic, social and cultural for the development of municipality.

Keywords: Local Development. Craft. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do município de Resende Costa no Mapa de Minas Gerais	65
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Teorias do desenvolvimento Local.....	31
Quadro 2	Repertório Interpretativo – O Artesanato sob perspectivas de artesãos e empresários (Resende Costa).....	79
Quadro 3	Repertório Interpretativo – O Artesanato sob perspectivas de artesãos e empresários (Santa Cruz de Minas).....	83
Quadro 4	Fluxo de emprego por município (Santa Cruz de Minas)	86
Quadro 5	Repertório Interpretativo – Atividade artesanal nos municípios e seus limitadores (Resende Costa).....	88
Quadro 6	Repertório Interpretativo – Atividade artesanal nos municípios e seus limitadores (Santa Cruz de Minas)	94
Quadro 7	Repertório Interpretativo – Atividade artesanal como estímulo ao turismo (Resende Costa)	97
Quadro 8	Repertório Interpretativo – Atividade artesanal como estímulo ao turismo (Santa Cruz de Minas).....	99
Quadro 9	Repertório Interpretativo – Articulações e cooperação na atividade artesanal (Resende Costa).....	99
Quadro 10	Repertório Interpretativo – Articulações e cooperação na atividade artesanal(Santa Cruz de Minas)	103

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Relação dos entrevistados	56
Tabela 2	Municípios por população PIB <i>per capita</i> – 2008.....	67
Tabela 3	Valor Adicionado Bruto dos municípios - 2008.....	69
Tabela 4	VAF em mil reais de dezembro.....	70
Tabela 5	Cadastro central de empresas (2009).....	71
Tabela 6	Renda <i>per capita</i> e Taxa média anual de crescimento	71
Tabela 7	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991 e 2000	72
Tabela 8	Índice Mineiro de Responsabilidade Social – 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008.	73
Tabela 9	Número Médio Anual de Famílias Beneficiadas com Bolsa Família.....	74
Tabela 10	Receita Realizada, FPM e ISS – 2009 (R\$)	74
Tabela 11	Diversidade de grupos artísticos.....	76
Tabela 12	Gasto per capita com difusão cultural – 2005 a 2010	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVER	Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Cadastro Brasileiro de Ocupação
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IER	Instituto Estrada Real
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Imposto sobre Serviço
PCA	Prestações de Contas Anuais
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Problema de pesquisa	18
1.2	Objetivos	19
1.2.1	Objetivo geral	19
1.2.2	Objetivos específicos	19
1.3	Justificativa	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	Desenvolvimento local	22
2.2	Os atores locais	35
2.3	Desenvolvimento do território	37
2.4	Identidade territorial e estratégias de desenvolvimento	42
2.5	Atividade artesanal e suas características	45
2.5.1	Aglomerado produtivo de artesanato	49
2.5.2	Artesanato e turismo	51
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1	Coleta de dados	55
3.2	Análise dos dados	57
3.2.1	Fases da coleta e análise dos dados	58
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
4.1	Caracterização dos municípios	59
4.1.1	Santa Cruz de Minas	60
4.1.2	Resende Costa	64
4.2	Panorama do desenvolvimento econômico, social e cultural dos municípios	67
4.3	Relações entre desenvolvimento da atividade artesanal e desenvolvimento social, econômico e cultural do município	78
4.3.1	Resende Costa	78
4.3.2	Santa Cruz de Minas	82
4.4	Impulsionadores e limitantes da produção artesanal nos municípios	87
4.5	O artesanato e o turismo	96
4.6	Nível de organização, articulação e cooperação entre os atores envolvidos na atividade artesanal dos municípios	100
4.7	Perspectivas da atividade artesanal dos municípios	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICES	124

1 INTRODUÇÃO

Em diversas partes do mundo, a busca por melhores condições de vida, que superem o objetivo estrito de crescimento econômico, tem induzido as sociedades a repensar sobre quais outros caminhos podem ser traçados de modo a romper, ou ao menos amenizar, as discrepâncias sociais que assolam parte significativa da população mundial, especialmente nas regiões periféricas. Representantes públicos e órgãos de fomento, por sua vez, passam a apoiar e a incentivar práticas voltadas para o associativismo e para a cooperação entre empresas, governos e grupos de pessoas.

A importância crescente da análise sobre desenvolvimento local encontra-se, hoje, em inúmeros estudos, tanto em âmbito nacional quanto internacional (ALCADE; LE BOURLEGAT; CASTILHO, 2007). A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, e de incrementar o intercâmbio externo por meio de ações comunitárias conjuntas. Para tanto, se fez necessário conhecer o perfil da comunidade estudada, pois, sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade, se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos, assim como os atores locais envolvidos no processo. Nesse sentido, partindo do pressuposto de possuir elevado potencial de ocupação e geração de renda no Brasil, a atividade artesanal posiciona-se como um dos eixos estratégicos de valorização e desenvolvimento dos territórios, razão pela qual vem ganhando destaque crescente no conjunto das estratégias de atuação empreendidas, tanto pelo setor público quanto o privado (MARTINS, 1973). Num cenário no qual há busca crescente, por parte dos consumidores, de produtos diferenciados e originais, o

artesanato emerge como um contraponto à massificação e à uniformização de produtos globalizados ao promover o resgate cultural e a identidade regional.

O artesanato tem forte impacto na construção de uma identidade local, expressando a arte em suas diversas formas e contribuindo para caracterizar uma identidade cultural local. Assim, os grupos são dotados de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social (CUCHE, 1999).

O estímulo ao artesanato e ao turismo configura-se, ainda, como alternativa recorrente em projetos relacionados ao desenvolvimento local, na medida em que possibilitam não apenas a inserção como a reinserção de áreas “estagnadas”, como também podem viabilizar o resgate da cidadania e da autoestima dos chamados “excluídos” (OLIVEIRA, 2007).

Dentre os municípios de Minas Gerais que desenvolvem o artesanato, podem-se destacar Resende Costa e Santa Cruz de Minas que têm nessa atividade uma das principais fontes de renda e ocupação. Além disso, toda a região onde os municípios se encontram possuem forte atrativo turístico.

Buchy (2006) destaca que as relações entre o lugar e o mundo, mediadas pelos territórios político institucionais, tornam-se cada vez mais relevantes no mercado atual. A ordem local transforma-se em força interna de desenvolvimento e as ações intencionais de agentes externos, ao incluir ou excluir o lugar no circuito das redes, podem constituir oportunidades ou ameaças à manutenção da integridade social do lugar. Entretanto, continua a autora, a ação comunicativa do lugar, quando portadora de sentido, na proposição de novas formas de adequação dos comportamentos sociais aos futuros estágios de desempenho, constitui a força interna de desenvolvimento.

Um fator de extrema importância para o desenvolvimento local, conforme Kashimoto, Marinho e Russef (2002), é a cultura popular local, uma vez que, por ser oriunda das relações entre a comunidade do lugar e o seu meio

(natural e social), permite a configuração da identidade do lugar e de sua população. A valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individualização e a autoestima diante do “outro”, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEF, 2002).

Com base no exposto, verifica-se que é importante entender os diversos fatores que servem de incentivos ou de entraves para o desenvolvimento local. Dessa forma, compreender o papel do artesanato como impulsionador do desenvolvimento em municípios que têm essa atividade como típica, torna-se relevante, uma vez que a questão da territorialidade e da identidade local vem ganhando destaque para a efetivação de políticas públicas direcionadas ao crescimento socioeconômico de regiões específicas.

Assim sendo, neste estudo aborda-se o tema desenvolvimento local e suas teorias, destacando conceitos de desenvolvimento endógeno. Na sequência são apresentadas questões peculiares dos atores locais e a importância da participação dos mesmos no contexto em estudo. O desenvolvimento territorial também é discutido, estabelecendo diferenças entre território e territorialidade. Outro ponto também debatido neste trabalho é o que diz respeito à identidade territorial e estratégia de desenvolvimento, destacando as relações sociais estabelecidas. Já focando no tema artesanato, no tópico que segue faz-se um levantamento teórico sobre a atividade artesanal e suas características, reconhecendo casos da existência de aglomerados produtivos de artesanato e a importância destes para o turismo.

Nos capítulos subsequentes, destacam-se os procedimentos metodológicos utilizados no estudo e, em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa relacionando-os com o referencial teórico levantado. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1.1 Problema de pesquisa

Com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, algumas concepções para explicar a realidade tornaram-se ultrapassadas frente às novas condições socioeconômicas, políticas e ambientais. Atendendo a este novo contexto contemporâneo, entende-se que o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, observa-se que, nos municípios escolhidos para análise, o exercício da atividade artesanal representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em âmbito local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o artesanato deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza.

Diante do exposto, o problema que norteou esta pesquisa foi: qual o papel do artesanato no desenvolvimento local dos municípios mineiros de Resende Costa e Santa Cruz de Minas?

A partir desta questão de pesquisa, definiram-se o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam todo o trabalho, conforme apresentado a seguir.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo foi realizado com o objetivo de descrever e analisar o papel econômico, social e cultural do artesanato no desenvolvimento local dos municípios mineiros de Resende Costa e Santa Cruz de Minas.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever o panorama do desenvolvimento do artesanato e do desenvolvimento social, econômico e cultural nos municípios;
- b) verificar as relações entre o desenvolvimento do artesanato e o desenvolvimento social, econômico e cultural dos municípios;
- c) identificar os fatores impulsionadores e limitadores da atividade artesanal e do desenvolvimento local dos municípios ao longo do tempo;
- d) verificar o nível de organização, articulação e cooperação entre os atores envolvidos com a atividade artesanal nos municípios.

1.3 Justificativa

Desenvolvimento Local é um processo de integração dos diversos setores produtivos com os setores sócio-culturais, incentivando o surgimento de novos empreendimentos que geram renda e riqueza para as populações de localidades específicas. De acordo com Martins e Caldas (2009), a reflexão

sobre o desenvolvimento local pode desdobrar-se em duas frentes, a saber: uma de reprodução da lógica capitalista em escala localizada (tradicional) e outra, de tentativas contra-hegemônicas (solidárias). O produto artesanal permite atender a estas duas frentes de maneira simultânea e, assim, contribuir como estratégia para o desenvolvimento local.

Ressalta-se que o desenvolvimento das atividades artesanais pode concatenar estratégias para promover o desenvolvimento local com base sustentável. Essa forma de desenvolvimento pode, inclusive, estar aliada à preservação ambiental, à identidade local e, assim, enaltecer a qualidade de vida da população.

A temática do artesanato está se evidenciando cada vez mais na economia, na organização social e no ambiente das comunidades. A busca por produtos diferenciados, refletindo algumas características culturais e com estilo próprio vem promovendo o artesanato como uma opção de consumo sustentável.

A forte relação entre artesanato e turismo é outro fator que favorece a localidade, já que o fluxo turístico é, muitas vezes, motivado pela possibilidade de aquisição de produtos artesanais típicos de uma determinada região. Segundo Carvalho (2001), o artesanato constitui uma das respostas para o problema do desemprego, concretizando-se na revitalização de atividades econômicas tradicionais, sendo uma estratégia de ocupação intensiva de mão de obra, dinamização de mercados locais, preservação de valores culturais, ampliação dos conhecimentos acerca das características e valores locais, regionais e nacionais, favorecendo a criação de identidades no plano internacional.

Nesse sentido, o presente estudo foi realizado com a proposta de analisar a atividade artesanal desenvolvida na região denominada Campo das Vertentes, em Minas Gerais, microrregião de São João Del Rei, mais precisamente nos municípios de Resende Costa, cidade com aproximadamente 11.000 habitantes e considerada referência na produção do artesanato em tear e Santa Cruz de

Minas, com aproximadamente 7.500 habitantes e com tradição na produção de artesanato em madeira e metal (ferro).

Ambos os municípios compõem uma região na qual a atividade artesanal e o turismo são características marcantes, o que resultou, inclusive, na criação de um circuito turístico denominado Trilha dos Inconfidentes, nome este motivado pela representação histórica da região no período da Inconfidência Mineira. A pesquisa é relevante, inclusive, em face da contribuição que a identificação de ações estratégicas das partes integrantes ao contexto artesanal pode trazer para potencializar o desenvolvimento local de outras comunidades existentes no Brasil e que apresentam condições, como potencial, vocação e tradições semelhantes.

Diante deste cenário, considera-se esta investigação importante porque busca compreender se as relações caracterizadas pela atividade artesanal podem favorecer o progresso de uma determinada população com vistas ao desenvolvimento local, sendo este um instrumento de integração dos atores sociais na busca pelo bem coletivo. A pesquisa também deverá contribuir para um maior entendimento conceitual, envolvendo o tema, possibilitando ampliar as discussões sobre os estudos relacionados às teorias sobre a atividade artesanal e sua relação com o desenvolvimento local sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está dividida em cinco tópicos principais: "Desenvolvimento local", "Os atores locais", "Desenvolvimento do território", "Identidade territorial e estratégias de desenvolvimento" e "Atividade artesanal e suas características". No tópico sobre Desenvolvimento local, serão apresentados conceitos e características sobre o tema, as diferenças existentes entre outras formas de desenvolvimento e a proposta de um desenvolvimento endógeno. No segundo tópico, Os atores locais, são abordados o aspecto fundamental da participação dos atores locais no processo de desenvolvimento e as articulações que estes estabelecem de forma a criar um ambiente favorável na geração de emprego, riqueza e bem-estar para as localidades. Já no terceiro tópico, Desenvolvimento do território, são discutidas ideias que diferenciam território de territorialidade e suas relações que direcionam para o desenvolvimento. No quarto tópico, Identidade territorial e estratégias de desenvolvimento, apresentam-se as articulações entre território, identidade, cultura e mercado, permeadas por uma identidade construída socialmente. No quinto tópico, Atividade artesanal e suas características, demonstram-se, de forma breve, a história da produção artesanal, as diferenças entre arte e artesanato, a evolução e valorização do produto artesanal e a relação entre o artesanato e o turismo.

2.1 Desenvolvimento local

Antes de abordar o conceito de desenvolvimento local, cabe conceituar o termo "desenvolvimento" separadamente. Em sentido amplo, desenvolver consiste em "um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, sendo esses valores condições e/ou situações desejáveis para a sociedade" (BORBA, 2000,

p.13). Destaca-se também como um processo sustentado de crescimento que possibilita maior geração de valores econômicos e de mudança estrutural e que favorece a distribuição de riquezas entre os mais variados estratos sociais e regiões (FERRAZ; CROCCO; ELIAS, 2003). Dessa forma, para analisar o desenvolvimento, devem ser consideradas, também, as variáveis políticas, tecnológicas, ambientais e de qualidade de vida da população, refletindo o progresso das sociedades, em uma escala maior e multissetorizada, e não apenas ressaltar a sua dimensão econômica (OLIVEIRA, 2007; TUR, 2009).

Uma teoria proposta por Sen (2000) procura demonstrar que o desenvolvimento pode vir a ser um processo atrelado intimamente à expansão e à garantia de liberdade para todos os indivíduos. Para o autor, desenvolvimento só terá sentido se significar melhores condições para a expansão das liberdades individuais. Nesse sentido, índices de “crescimento”, como aumento do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, nem sempre significam melhorias das condições de vida para indivíduos (SEN, 2000). Para o autor, o desenvolvimento, além de proporcionar aumentos na produção e renda, terá também que remover os principais obstáculos à privação de liberdade, principalmente a fome, o acesso à saúde, ao trabalho, ao saneamento básico, a oportunidade de vestir-se e morar em local adequado, etc.

De acordo com Oliveira (2007), outras dimensões devem ser incorporadas ao termo desenvolvimento, além das pretensões econômicas de acumulação de riqueza e de outros aspectos ligados à renda, pois este deve relacionar-se, sobretudo, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Além disso, é preciso compreender que o desenvolvimento é um processo historicamente determinado e que, portanto, será desigual em âmbitos regionais, nacionais e internacionais, quer pela imposição da divisão internacional do trabalho, ou pelas peculiaridades e ritmos diferenciados do processo entre as

diversas sociedades e formações econômico-espaciais no território e no tempo (FERRAZ; CROCCO; ELIAS, 2003).

Para fins deste estudo, adota-se desenvolvimento como

um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um *todo* (SACHS, 1997, p.2).

Embora as pessoas tenham tendência a confundir o termo desenvolvimento com crescimento, estes são fatores distintos, conforme já destacado anteriormente. O desenvolvimento, diferente do crescimento econômico, cumpre um papel sustentável, satisfazendo a geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma espécie de pré-requisito para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2004).

Desenvolvimento pode ser considerado um fator de transição, em que ocorre movimento, processo, mudança e libertação (BECKER; WITTMANN, 2003). Embora desenvolvimento e crescimento tenham sim suas diferenças, é importante salientar que está se caminhando em direção ao desenvolvimento quando o país passa a dominar tecnologias, atualizar suas indústrias, incluindo aspectos sociais e a necessidade de alcançar o quadro conceitual do ecodesenvolvimento, considerando os problemas de recursos, ambiente, população e desenvolvimento de forma unificada (SACHS, 1997).

O desenvolvimento é medido por meio do método qualitativo. O crescimento é comumente medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, quando a economia de um país cresce em relação ao ano anterior, seja

em potencial econômico ou social, sendo, assim, abordado a partir do método quantitativo (PEIXE, 2009).

A noção e as estratégias de desenvolvimento se assentam em diferentes lógicas e interesses que conformam uma rede de relações determinantes na conformação dos lugares, de orientação global ou local. De acordo com Santos (2002), há lógicas exógena e endógena. A primeira está situada no âmbito dos interesses corporativos globais, transnacionais, enquanto a última, no âmbito da identidade, do fato e do sentimento “de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2002, p. 96).

Sob a primeira, definem-se estratégias funcionais ao capitalismo global, de acordo com Furtado (2000), transformando economias nacionais, especialmente a dos países em desenvolvimento, em províncias da economia global numa clara exacerbação da dimensão econômica e instrumental da noção de desenvolvimento. Sob a última, constroem-se políticas que resgatam especificidades e expandem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, isto é, para “os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem a cultura” (FURTADO, 2000, p. 70).

No contexto geopolítico, essas diferentes lógicas caracterizam os lugares-locais e os lugares-globais. Os primeiros delimitam o espaço da herança histórica que mantêm uma identidade e são, ainda, a base da organização territorial e das relações de produção. Ainda que extrapolem limites geográficos, se assentam em especificidades sócio-culturais, políticas e institucionais particulares a um grupamento humano, com identidade própria. Já os lugares-globais são espaços definidos por consequência da globalização neoliberal, fundamentalmente separando o centro da ação da sede da ação (GOULART, 2006).

Para fins deste estudo, cabe focar o conceito de desenvolvimento endógeno, que pode ser entendido como a capacidade de uma determinada

sociedade de adquirir certo domínio sobre o seu desenvolvimento. Isto não implica um controle centralizado governamental, senão permitir que indivíduos e grupos de indivíduos assumam seu papel de atores do desenvolvimento, negociando interesses individuais e coletivos. A promoção da autonomia de comunidades locais organizadas para que elas tenham gerência efetiva do seu próprio desenvolvimento local é uma das prerrogativas do ecodesenvolvimento (BUCHY, 2006; FERNANDES; SAMPAIO, 2006).

Conforme Barquero (2001), a teoria do desenvolvimento endógeno focaliza a questão regional, contribuindo para o entendimento das desigualdades regionais e a proposição de instrumentos de políticas para sua correção. Esta abordagem trata do desenvolvimento econômico numa perspectiva histórica, vendo-o como um processo caracterizado por uma forma específica de organização da produção, de integração da sociedade e das instituições em relação aos processos produtivos e de capacidade de resposta do território e dos atores econômicos às condições impostas pelo novo contexto econômico, político e institucional. Tem como proposta tratar dos aspectos produtivos nos diferentes segmentos (primário, secundário e terciário) e das dimensões sociais e culturais que interferem e são afetadas pela dinâmica de desenvolvimento de cada economia ou sociedade local. Tratando-se de um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo, o território é visto como agente de transformação que se dá pela interação das empresas com os demais agentes, ao se organizarem neste com o objetivo de desenvolver a economia e a sociedade. O potencial de desenvolvimento de um território está associado ao conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais que possui.

Barquero (2001) ainda enfatiza que a protagonização do desenvolvimento endógeno é comumente exercida por pequenas e médias empresas em função de sua flexibilidade e capacidade empresarial e

organizacional. A identidade própria das comunidades locais estimula as iniciativas em prol do seu desenvolvimento. Em particular, quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, tais comunidades adquirem condições de neutralizar ou minimizar os impactos negativos de ações externas de empresas sobre suas potencialidades de atuação.

Pode-se dizer que a conjugação da capacidade de liderar o desenvolvimento e a mobilização do potencial caracteriza a “endogeneização” do desenvolvimento em uma economia. Isso porque o desenvolvimento endógeno caracteriza-se pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, graças à iniciativa dos empreendedores locais ou sob sua coordenação.

Conforme Amaral Filho (1996, p. 37), o desenvolvimento regional endógeno consiste num

processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

O mesmo autor ainda enfatiza que este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996).

Este conceito não expressa que a “endogeneização” implique no fechamento ou no isolamento regional, nem mesmo no autocentrismo e na autossuficiência, mas que se deve buscar o fortalecimento e a qualificação das estruturas internas, de modo que se possa consolidar um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e a atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta. Os propulsores do desenvolvimento endógeno podem abranger desde

variáveis/fatores mensuráveis quantitativamente, como a poupança e o excedente gerados, como a “acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores” (AMARAL FILHO, 2001, p. 262-263).

Na abordagem do desenvolvimento endógeno, é notória a importância atribuída às relações sociais no desenvolvimento da região. Barquero (2001) atribui relevância aos processos de organização e relação social, pelo fato de estes favorecerem a região e a geração de condições favoráveis a um crescimento sustentado no longo prazo. Isso ocorre, segundo o autor, porque, quando as novas realidades produtivas e relações sociais se identificam e são assimiladas pela cultura local, contribuem para fortalecer o desenvolvimento local. E, sendo respostas socioculturalmente viáveis aos problemas locais, tendem a integrar-se na vida social com custos sociais e culturais mínimos e, conseqüentemente, sem expressivas contradições na adaptação – já que os novos valores se propõem a desenvolver e potencializar os valores antigos (BARQUERO, 2001; REESE, 2006).

Quanto às dimensões que se podem identificar nos processos de desenvolvimento endógeno, têm-se a econômica, a sociocultural e a política. A primeira caracteriza-se por um sistema de produção que assegure a eficiência na utilização dos fatores de produção, a elevação na produtividade. A dimensão sociocultural refere-se à formação de um sistema de relações entre os agentes econômicos/sociais e as instituições locais, o qual incorpora ao desenvolvimento os valores da sociedade. A dimensão política concretiza-se em iniciativas endógenas (promovidas pelos próprios agentes locais), de forma que possibilita “a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento sustentável” (BARQUERO, 2001, p. 42).

De acordo com Gomes (2007), a especialização adotada pelo sistema produtivo local e o pequeno porte das empresas pressionam estas a cooperarem

entre si para que possam alcançar as economias de escala necessárias para assegurar seu desenvolvimento no mercado. O território, por possuir uma estratégia própria, tem condições de influenciar a dinâmica econômica local, não sendo um receptor passivo das ações das grandes empresas e organizações externas.

Assim sendo, Barquero (2001, p. 42) conceitua desenvolvimento endógeno como

um processo de crescimento e mudança estrutural no qual a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança.

Sua dimensão territorial reside tanto no efeito espacial dos processos organizacionais e tecnológicos como no fato de cada localidade e região ser o resultado de uma história ao longo da qual foi sendo configurado o entorno institucional, econômico e organizacional. Em síntese, cada espaço econômico tem uma configuração própria decorrente da sua história e verifica-se a “endogeneização” do desenvolvimento quando a comunidade local consegue utilizar o seu potencial (de desenvolvimento) e liderar a mudança sem necessitar submeter-se passivamente aos fatores externos.

Amaral Filho (2001) destaca a noção de que o fenômeno do desenvolvimento regional/local endógeno é abordado na literatura evolucionista e institucionalista recente a partir de duas grandes tendências: uma de natureza indutiva e outra considerada dedutiva. A primeira é adotada pelos autores que realizam estudos para descrever/identificar as especificidades de cada caso de desenvolvimento local. Os demais, sob influência da tendência dedutiva, comumente iniciam/fundamentam seus estudos/discussões pelos postulados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas.

O consenso entre estas duas tendências, segundo o autor, refere-se ao reconhecimento da:

abertura de janelas de oportunidades para que regiões ou locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou seja, fora da dualidade centro-periferia, pudessem engendrar processos de desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001, p. 266).

A ideia de *local* pode ser entendida como um município, parte de município, um conjunto de municípios, um estado (UF) ou mesmo uma região. A esfera local é o campo prioritário da ação política, muitas vezes desdobrando-se no que Carlos Vainer denomina de patriotismo de cidade, uma pretensa capacidade extraordinária dos governos locais de cumprir, de maneira mais eficaz e eficiente, as funções até então tradicionais aos governos nacionais, como as de acumulação e de legitimação (VITTE, 2006).

Numa análise de diversas experiências de desenvolvimento local, passou-se a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação *local* eram importantes na explicação do sucesso de certas localidades. Esses fatores, quando estimulados, permitiam melhorar a produtividade e possibilitavam uma melhor distribuição de renda (AMARAL FILHO, 1996).

Objetivando uma visualização de importantes teorias sobre desenvolvimento local, formuladas no cenário internacional a partir da década de 1990 – sem a pretensão aqui de analisá-las individualmente –, tem-se, no Quadro 1, uma síntese daquelas mais relevantes.

Vertente analítico-teórica	Principais autores e obra seminal	Eixos de análise e ideias-força
Distritos industriais italianos	Bagnasco (1988), Becattini (1987) e Brusco (1982)	Conjunto marshalliano de pequenas e médias empresas, de base semiartesanal, que convivem em uma atmosfera sinérgica de cooperação, confiança e reciprocidade.
Escola californiana de geografia econômica	Scott (1988), Storper (1986), Storper e Walker (1989)	<i>Learning regions</i> , no qual o tecido socioproductivo, do entorno territorial, promove e potencializa processos endógenos dinâmicos de aprendizagem coletiva.
Sociedade e economia em rede	Castells (1996)	Novo modelo de produção do “informacionalismo”, com seus fluxos globais de “geometria variável”; a busca por identidade local ganha significado tanto quanto estar conectado à rede.
“Planos estratégicos locais”	Borja e Castells (1997)	Seria uma “grande operação comunacional, um processo de mobilização”, com o fim não declarado de tratar a cidade ou região como mercadoria, dotada de boa imagem, símbolo ou marca a ser “bem vendida” no mercado mundial, isto é, ter alta atratividade de capitais.
Teoria dos jogos e ação coletiva localizada	Bates (1998) e Ostrom (1990)	É preciso avaliar os dilemas da ação coletiva que se travam no ambiente local, para capacitar-se para o exercício de cooperação e para o mútuo proveito, estabelecendo compromissos confiáveis.

Quadro 1 Teorias do desenvolvimento Local

Fonte: Adaptado de Brandão (2007, p. 40-42)

Conforme Brito (2009), as “novas” teorias para o desenvolvimento comungam com a teoria do desenvolvimento regional, ao considerar que as estratégias de políticas devem focar em uma dada localidade ou região. Essas teorias para o desenvolvimento apresentam um arcabouço teórico que considera:

- a) os aspectos imateriais, tais como capital social, confiança e cooperação como essenciais ao desenvolvimento de uma localidade;
- b) o progresso técnico é tido como uma variável endógena à teoria;
- c) os vínculos de confiança e cooperação, quando fortalecidos em uma localidade, fomentam a inovação, principalmente pela difusão do aprendizado coletivo;
- d) o fomento de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas é priorizado nessa nova abordagem, diferentemente da grande empresa verticalizada, focalizada pelos teóricos precedentes.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é entendido como sendo desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS) (FRANCO, 2000). Trata-se de uma estratégia de indução ao desenvolvimento utilizando a metodologia participativa mediante mobilização da sociedade civil.

Assim sendo, o conceito de desenvolvimento local é compreendido como aquele definido pelos recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados, com economias de escalas e potencialidades não exploradas, além de uma forte identidade compartilhada, conforme relembra Zapata (2006), socióloga consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e autora de diversas publicações sobre o tema. Por esse prisma, a concepção de desenvolvimento local considera o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja, o desenvolvimento em escala humana (CLAXTON, 1994).

A teoria do desenvolvimento local integra essas dimensões, uma vez que não é possível anular a interdependência existente entre elas (ZAPATA, 2006). Por essa razão, é necessário realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além do capital econômico e financeiro.

As dificuldades referentes ao seu entendimento são decorrentes de posturas pouco ou nada conciliáveis e, mesmo, opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento (BOISER, 2003). O desenvolvimento local, é um “[...] evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autorreferenciados de qualidade de vida na comunidade” (MARTINS, 2002, p. 51).

Gava (2010) propôs um debate sobre a formação de uma base de pensamento que foca nas capacidades locais como fontes necessárias para a formação de condições de desenvolvimento mais amplas. Na percepção do autor, "uma visada sobre o local pode vir a representar novas formas de se pensar um desenvolvimento que faça ser intensa e sincrônica a relação entre o industrial, o econômico e o social" (GAVA, 2010, p. 68).

Percebe-se que o desenvolvimento local nasce como uma nova proposta para responder e incentivar o desenvolvimento econômico, com base endógena e políticas que atendam às especificidades de cada local, às necessidades em diversas dimensões, que não só a econômica, mas, principalmente, relacionadas à diminuição das desigualdades sociais que se arrastam por diversos anos (FISCHER, 2002; ZAPATA et al., 2001). Dessa forma, observa-se que se vislumbra trabalhar diversas dimensões ao mesmo tempo, ou seja, políticas que sejam integradas e sistêmicas.

Torna-se importante também demonstrar algumas definições que são específicas para o “desenvolvimento econômico local” que se considera como o conjunto de estratégias e ações para a construção da base produtiva local com enfoque para a ativação da economia local e pode provocar impactos no território.

Vitte (2006) destaca que o desenvolvimento econômico local pode ser visto como um dos campos de investigação da *escala local*. Nas últimas

décadas, por causa das transformações na economia mundial, do aprofundamento dos processos de democratização nos países europeus e da redemocratização nos países latino-americanos, a instância local de poder emergiu como tema, caracterizando um saber que converge na análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas.

Numa abordagem de estudos locais, ganham interesse os municípios, assumindo funções que antes eram de responsabilidade de instâncias de poder superiores. Dessa forma, cada vez mais, os municípios constituem um espaço estratégico para o desenvolvimento, muitas vezes com profundas consequências econômicas, sociais e espaciais (VITTE, 2006).

Devido à sua importância, várias são as iniciativas de estímulo ao desenvolvimento local, como afirmam Cocco e Galvão (2001, p. 69):

o “local” parece estar se constituindo na tônica geral de definição dos novos rumos das políticas públicas ativas de desenvolvimento econômico e social no Brasil nesta virada de século. Do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, do ABC paulista ao Ceará, do BNDES à Caixa Econômica Federal, passando pela Finep, do SEBRAE ao SENAI, há uma multiplicação generalizada de instituições, projetos, pesquisas, seminários e experiências que visam o “desenvolvimento local”.

Outro aspecto a ser considerado é quem são os agentes das ações de desenvolvimento local. Muitas instituições, grupos e indivíduos podem estar envolvidos: cooperativas, agências de desenvolvimento, associações industriais e comerciais, entidades empresariais, sindicatos, governos locais e de outras instâncias de poderes.

Nesse sentido, o desenvolvimento local é um processo muito mais sociopolítico que econômico no sentido estrito. Os desafios são muito mais políticos, de articulação de atores e capital social, que de gestão local ou de projetos produtivos (GALLICCHIO; CAMEJO, 2005, p.40).

Dessa forma, entender o papel desempenhado pelos atores locais envolvidos com a atividade artesanal torna-se fundamental para a compreensão do processo de desenvolvimento local e da atividade artesanal nos municípios.

2.2 Os atores locais

Pretende-se, neste tópico, apresentar a importância da participação dos artesãos como atores locais e, assim, responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. Considera-se que, além da ação do Estado, são necessárias iniciativas que partam dos próprios artesãos, em que esses se sintam agentes ativos para a promoção do desenvolvimento local.

O reforço mútuo das estratégias dos atores passa pelas relações específicas às quais eles estão entrelaçados. É da natureza dessas ligações que se determina a eficiência produtiva dos atores e se permite encontrar o caráter local do desenvolvimento (PECQUEUR, 2000).

Nas experiências de desenvolvimento local em alguns países da Europa, o ator principal que tem sido destacado é o animador institucional, mais ainda que as empresas. Esta personalização não prejudica a qualidade e a competências dos empreendedores, mas ela apresenta uma tentativa voluntarista do projeto de desenvolvimento, marcada pelas visões de autonomia prescrita e autonomia desejada. A rejeição da dominação do exterior (agressora) é rechaçada e em seu lugar buscam-se justificar a unidade do interior, sua solidariedade e sua coerência (PECQUEUR, 2000).

Essa dificuldade na identificação de uma lógica comum do ator que impulsionaria o desenvolvimento local não é apenas empírica, mas uma questão de fundo teórico frágil. Se o que faz a diferença entre os modelos de desenvolvimento local é a especificidade das experiências, é plausível supor que o tipo de ator que promove a transformação local não pode ser premeditado.

Em alguns casos ele é confundido com o indivíduo-empresário-empendedor. Em outros casos, é com a organização (empresa ou uma rede de empresas) ou há casos, mesmo, em que é o próprio território, como ator coletivo, que faz o desenvolvimento. Neste caso, trata-se da criação de uma forma institucional coletiva, isto é, a governança territorial, que agrega os atores para pilotarem juntos uma estratégia de desenvolvimento local em comum.

Entretanto, dar aos atores um lugar central nas relações econômicas é necessário, mas não suficiente. Segundo Pecqueur (2000, p. 42),

o desenvolvimento local não é sistematicamente identificado a um projeto coletivo. Ele é, mais prosaicamente, a consequência de uma combinação favorável de projetos individuais que se reencontram particularmente através de interesses comuns.

No mundo atual, as sociedades locais vivem uma solidariedade que não é sempre consciente e formulada como tal. A estratégia de adaptação dos atores aos constrangimentos exteriores reforça-os mutuamente nos lugares, instalando um novo processo de desenvolvimento. Dessa forma, as vantagens da proximidade e das ligações do tipo local não podem produzir efeitos positivos se não estiverem totalmente abertas ao exterior (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006).

Portanto, o desenvolvimento local necessita negociação e interação entre os atores locais. Dessa forma, a noção de ator se conecta à noção de desenvolvimento, mas cabe ressaltar que somente a ideia de articulação dos atores locais não determina o desenvolvimento. O desenvolvimento territorial pode, inclusive, ser uma opção na busca de abandonar a passividade e iniciar um esforço no sentido de aproveitar os recursos disponíveis e empregá-los na geração de emprego e riqueza nas localidades.

2.3 Desenvolvimento do território

O termo território é empregado em várias áreas, como política, biologia, psicologia, geografia e sociologia política, entre outras. O seu significado vai muito mais longe do que se pretende; ao qualificá-lo como delimitação de um espaço físico, pode ser visto como um espaço de articulação e de mediação.

De acordo com Davidovich (1989, p.69), “o território traz a ideia de determinado uso do espaço, consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas”. Para complementar o pensamento de Davidovich (1989), Raffestin (1993, p. 143) explica que

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Observa-se que o território resgata a ideia de uma localidade como um espaço socialmente ocupado. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000). A partir disso, por território entende-se ser um espaço geográfico no qual se verifica uma interação relevante entre um sistema de objetos e um sistema de ações.

O território está configurado como um pedaço de terra que envolve os atores da região que são formados pela comunidade, pelo poder público e pela iniciativa privada (HAESBAERT, 2006).

Quando se menciona o termo território, pode-se dizer que se contribui para evidenciar a identidade de um grupo social; seus limites podem ser

alterados pela expansão das fronteiras através de áreas conquistadas por outros grupos sociais ou áreas despovoadas. Também se pode dizer que o território consiste num espaço geográfico delimitado pelas relações de poder. Para se pensar territorialmente, precisa-se entender quais são os atores, quais são os seus interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos, saber em que escala espacial eles atuam.

Nesta mesma linha, Santos (1996, p. 50) compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações. Assim sendo, de acordo com Raffestin (1993), pode-se afirmar que todo território é um espaço nem sempre geográfico, podendo ser social, político, cultural, cibernético, etc. Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território.

Ainda conforme Santos (1996), são as relações sociais que transformam o espaço em território e vice-versa, sendo o espaço um *a priori* e o território, um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (SANTOS, 1996).

As novas territorialidades criadas a partir de similitudes e afinidades socioculturais e/ou naturais de uma região tornaram o território um objeto de estudo relevante também nas ciências sociais, que tem nas particularidades das interações sociais os focos de pesquisa (ABRAMOVAY, 2007). Para este autor, o território é mais do que simples base física para as relações entre os indivíduos e empresas, na medida em que possui um tecido social, uma organização complexa estabelecida por relações que vão muito além de suas características

naturais, representando uma trama de vínculos com configurações políticas, raízes históricas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio cenário do desenvolvimento econômico. Os territórios resultam, portanto, de formas específicas de interação social, da capacidade das empresas, dos indivíduos e das organizações locais em promover relações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a sua confiança historicamente construída.

Nesse sentido, a perspectiva territorial do desenvolvimento enfatiza o estudo das redes, convenções e instituições que permitem ações cooperativas capazes de enriquecer o tecido social de uma determinada região. De acordo com Vale (2007), a acumulação e a concentração de local de conhecimentos, habilidades e *know-how* são capazes de criar um tipo de atmosfera favorável, gerando benefícios econômicos e possibilitando a difusão de inovações. Ao mesmo tempo, adotar uma dimensão territorial significa romper com a setorialidade, integrando uma dinâmica horizontal à análise das cadeias produtivas (ABRAMOVAY, 2007).

Para Roca (2004), os territórios se distinguem de acordo com seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e sua cultura. As ligações dessas especificidades com fatores exógenos dão origem às identidades territoriais. A (re)afirmação da identidade territorial no contexto da economia e cultura globalizadas tem ganhado importância estratégica na União Europeia, especialmente nos países e regiões periféricas e menos desenvolvidas. Para a autora, a preservação e o reforço da identidade territorial têm sido defendidos e aceitos como um eixo fundamental para o desenvolvimento regional e local, argumentando-se que conciliar modernidade e tradição implica, no plano territorial e geoestratégico, em necessidade de combinar vivências cosmopolitas com a valorização de identidades coletivas.

Para Flores (2007), a formação dos territórios manifesta um processo de construção, identificada com os limites definidos pelas coletividades envolvidas, em que a identidade é uma manifestação relacional, referenciada na diferença com outros grupos sociais. A partir da forma de relação entre os grupos ou comunidades é que se pode compreender o fenômeno identitário. E, portanto, no caso dos territórios, a dimensão do espaço geográfico se agrega à identidade construída.

Dessa forma, a reconfiguração territorial expressa essa necessidade de novas formas institucionais de concentração, coordenação e gestão das microrregiões. Essas novas formas institucionais devem superar as antigas estruturas de poder local, promovendo a articulação das unidades político-administrativas pré-existentes (ABRAMOVAY, 2007; VEIGA, 2002).

Flores (2007) ressalta que a busca da negociação local dos conflitos, com o envolvimento de outros níveis institucionais que lhe garantam efetividade, é um passo importante na construção do desenvolvimento territorial sustentável. Ainda segundo o autor, esta negociação tem elementos essenciais para o alcance desta perspectiva de desenvolvimento, que corresponde ao atendimento das demandas sociais sobre as necessidades básicas e o manejo do patrimônio comum, de tal forma que possa atender aos interesses dos diferentes grupos, ressaltando o sentido de sua preservação para as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento territorial dá ênfase à dinâmica da comunidade local em potencializar o desenvolvimento. Na compreensão do processo de desenvolvimento territorial, observa-se que uma localidade está em direção do desenvolvimento quando identifica sua própria vocação e maximiza vantagens para alavancar alternativas de renda. Cabe ressaltar que, neste conceito de desenvolvimento, não se responde somente à lógica econômica. Neste caso, as estruturas socioculturais surgem como fatores para a compreensão das transformações.

A comunidade desempenha um papel central nos processos de desenvolvimento, quando significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade. Dessa forma, a articulação do território torna-se fundamental na promoção do desenvolvimento.

O contexto do território é importante neste processo, pois, no desenvolvimento, a escala territorial se ajusta à mobilização social e à integração de investimentos potencializadores (política administrativa e instância governamental).

A relação entre território e desenvolvimento territorial é muito estreita, visto que no desenvolvimento territorial é necessária a negociação estratégica entre atores locais, associações empresariais, entidades financeiras, universidades e centros de pesquisas (ALBUQUERQUE, 1998).

Nesta esteira, o desenvolvimento territorial está focado no protagonismo humanitário e não no combate à pobreza, mas, sobretudo em comunidades locais que procurem evidenciar suas características, demonstrando a capacidade que têm de desenvolver sua economia, conservando seus recursos naturais.

O desenvolvimento territorial ocorre a partir de experiências vividas de política favorável, expressa na mobilização dos atores locais em torno das prioridades e orientações para o desenvolvimento. Geralmente, está ligado à ação da coletividade, desencadeando oportunidades e podendo melhorar qualidade de vida da população.

Ainda observa-se a relação entre território e desenvolvimento local, na definição de FirkowskieSposito (2008), pela escala da organização do espaço no qual se inscrevem os projetos sociais e conflitos locais. Os autores enfatizam que um espaço onde se exercem poderes de organização ou controle, inscrevem-se projetos sociais, exprimem-se estratégias de valorização e se afrontam os interesses mais ou menos contraditórios dos diferentes atores.

2.4 Identidade territorial e estratégias de desenvolvimento

Os estudos sobre identidade vêm adquirindo relevância nas ciências sociais em um contexto de significativas mudanças nas sociedades contemporâneas permeadas por novas relações sociais. Dentre as diversas configurações identitárias, destaca-se a emergência da noção de identidade territorial, presente na atualidade como mobilizadora da construção de novas territorialidades e propulsora de novas estratégias no processo de desenvolvimento.

A noção de território abarca diversas dimensões, que seriam a econômica, a simbólica (relações sociais e culturais entre os atores, relacionadas ao espaço), a sociopolítica (relações de poder) e a física (o patrimônio natural associado às transformações provocadas pelos atores sociais). Estes elementos da dimensão territorial proporcionam a diferenciação entre territórios, dando-lhe suas especificidades, conformando trajetórias ou processos particulares de desenvolvimento (FLORES, 2007).

As novas territorialidades representam, em um espaço geográfico, a interação sócio-cultural determinada por afinidades, presentes ou passadas, que lhe conferem uma identidade própria. Assim, atualmente, tal noção tornou-se também um importante objeto das políticas públicas que buscam traçar estratégias de desenvolvimento a partir de especificidades territoriais. Para Flores (2007), essa construção territorial reflete um conjunto de aspectos do desenvolvimento das sociedades que se modificam no tempo e pode ter um grande impacto também sobre a valorização dos bens e serviços produzidos na região, inclusive pela associação a sua identidade e a sua cultura.

Como espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, o território tem sido objeto de ações tanto em âmbito interno, pelos próprios atores locais, quanto em âmbito externo, por instituições governamentais e não

governamentais. Segundo Flores (2007), no âmbito dos territórios estão presentes diferentes representações sociais locais que interagem entre si e com atores externos a ele. E, a partir deste processo de negociação, conflito e cooperação entre as diferentes representações e os diferentes atores, surgem estratégias de desenvolvimento e arranjos institucionais que conformam a vida social local. A interação entre os atores sociais produz o saber e a cultura local, que pode lhes conferir uma identidade relacionada a um espaço geográfico.

Abramovay (2000) percebe o território como uma relação entre raízes históricas, configurações políticas e identidades, preponderantes para o desenvolvimento. Já Tizon (1995) entende o território como um ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade, sempre associado a processos de construção de identidades. A identidade, portanto, afirma-se como construtora de um território, um espaço de relações sociais que tem no sentimento de pertencimento a um conjunto de relações sociais que se dá em um âmbito físico qualquer, construindo delimitações no tempo e no espaço. Dessa forma, a territorialidade é condicionada por normas e valores culturais próprios, com seus próprios símbolos e significados que podem variar de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço.

Na opinião de Raffestin (1993), o conceito de espaço estaria ligado ao patrimônio natural existente numa determinada região, enquanto o conceito de território leva em conta a ação dos diferentes atores sociais. Dessa forma, o conceito incorpora os “jogos de poder” entre os atores que atuam nesse espaço e os conflitos assim gerados definem uma identidade circunscrita a determinados limites físico-geográficos. O território corresponderia assim a uma ação social que se apropria de um espaço, tanto de forma concreta como abstrata, ou seja, em termos materiais e simbólicos.

As relações sociais estabelecidas no local permitem, portanto, o desenvolvimento de um espaço de cooperação e ação coletiva, formando laços

de solidariedade entre os atores (BRUNET, 1990). Essa cooperação é gerada pela formação do capital social, indispensável para a coesão e ações de desenvolvimento endógeno.

Nesse sentido, Albagli (2004) destaca que a territorialidade deve estar edificada por meio do estímulo aos laços identitários e ao fortalecimento do capital social e cultural, promovendo a valorização, a proteção e a capitalização das especificidades culturais, tipicidades, do patrimônio ambiental, das práticas produtivas e das potencialidades econômicas.

As articulações entre território, identidade, cultura e mercado permitem, também, a interpretação de um espaço geográfico, permeado por uma identidade construída socialmente, formando laços de proximidade e interdependência, possibilitando imprimir aspectos de qualidade e vantagens aos produtos e serviços locais, conferindo-lhes maior competitividade e, portanto, estabelecendo formas de acesso aos mercados. Da mesma forma, podem-se visualizar novas habilidades e capacidades dos atores locais, como formas de aproveitamento dos recursos disponíveis, significando um processo de desenvolvimento de caráter endógeno. O desenvolvimento das potencialidades territoriais pode ser explorado economicamente, na maioria das vezes, por meio de produtos ou serviços genéricos sem a produção de características identitárias com especificidades locais.

Entretanto, existem estratégias de desenvolvimento territoriais voltadas para o fortalecimento dos recursos específicos disponíveis com base na organização de ações voltadas para a promoção das qualidades construídas (adquiridas) ou, mesmo, intrínsecas do território. As características peculiares de um território podem ser materiais ou imateriais, possibilitando, ambas, ações de desenvolvimento mediante estratégias de diferenciação. Há, dessa forma, a possibilidade de associar a construção social de um território a estratégias de valorização de produtos locais, com base na política de diferenciação, caso haja

potenciais ativos, materiais ou imateriais, que expressem a originalidade local (DULLIUS, 2009).

A operacionalização da noção de identidade territorial, portanto, pode constituir um indicador confiável na formulação de políticas de desenvolvimento local e regional. Se não se tem bastante claro o que se entende por identidade de um lugar ou região, torna-se difícil determinar que aspecto da identidade necessite ser reforçado, conservado, diversificado ou tornado mais competitivo, para que passe a ser um fator de desenvolvimento e competitividade local e regional (ROCA, 2004).

Muitas vezes, os potenciais fatores para a valorização originam-se da interação do patrimônio natural com o patrimônio histórico-cultural, ocasionando singularidades expressas em produtos ou serviços que permitem novas formas de relações com os consumidores (ALBAGLI, 2004; LAGARES; LAGES; BRAGA, 2006).

Portanto, a partir das características da sociedade contemporânea com seu expressivo apreço pelo consumo de produtos e serviços que dialogam com histórias nostálgicas dos tempos antigos ou que interajam com a “natureza”, volta-se o desenvolvimento dos territórios para a necessidade de se conhecer e consolidar potencialidades e estratégias que contemplem as suas especificidades e tipicidades naturais e histórico-culturais. Nesse sentido, a atividade artesanal desenvolvida nos municípios em estudo, por suas características culturais e históricas, podem ser consideradas como potencialidade que pode impulsionar o desenvolvimento local.

2.5 Atividade artesanal e suas características

A história do artesanato teve início no mundo com a própria história do homem, pois a necessidade de produzir bens de utilidades e uso rotineiro

expressou a capacidade criativa e produtiva como forma de trabalho (LAMPEN, 2001). De acordo com Digby (2007), a principal e mais importante característica do trabalho artesanal é o fato de ele ser resultante de um trabalho executado pelas mãos, com sensibilidade, perícia e cuidado. A atividade é a precursora de processos industriais, trazendo no seu âmago tradição e inovação, preservando memória e, paralelamente, promovendo mudanças contínuas no modo de viver das pessoas.

A produção artesanal acompanha o homem em sua história, sendo melhor estruturada como segmento de trabalho na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos que, posteriormente, se uniram para suprir necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo, configurando uma forma de trabalho cooperado.

Pereira (1979), estudioso do artesanato, discorre, em diferentes trabalhos, sobre as questões que envolvem o artesanato, alertando sobre a dificuldade em conceituá-lo, pois o termo é vago e impreciso, especialmente para definir o artesanato como sistema de produção. Na tentativa de classificá-lo como atividade de produção de bens, o autor interpõe o artesanato entre a “arte popular” e a “pequena indústria”, permutando características e manifestações entre uma e outra. Segundo o autor, o artesanato constitui um sistema de produção à parte da indústria, porém, com ela vai se confundindo ou sendo confundido, fazendo surgir termos como “artesanato- industrial” ou “indústria artesanal”.

O mesmo autor ainda faz a distinção entre o artesanato e a arte popular, dizendo que esta não visa atender, originariamente, a nenhuma finalidade econômica ou a uma satisfação imediata duma necessidade social, mas satisfaz aos impulsos de uma manifestação estética, embora seja eventualmente comercializada, enquanto o artesanato traz, inerente a si, o interesse do comércio imediato. Artesanato e arte popular identificam-se pela fonte de produção – o

povo e sua tradição – e distinguem-se nos seus fins (MAJDRAKOVA-CHAVDAROVA, 2006; PEREIRA, 1979).

A efetiva distinção entre arte e artesanato corresponde a um fenômeno moderno que teve seu início no Renascimento, na divisão de trabalho (artistas e artesãos) que se estabeleceu nas equipes de construção de igrejas medievais. Com as equipes, a divisão do trabalho desenvolveram-se as condições para o aparecimento do artista individual. Para o autor, quando esta figura deixa o canteiro de obras e passa a ter o ateliê próprio, pode prescindir da encomenda e criar, à espera de um futuro comprador. O autor distingue que “uma das características do artesanato, em contraposição à arte então nascente, é que esta se caracteriza pela busca de novas formas e estilos, enquanto o artesanato é conservador e repetitivo” (GULLAR, 1994, p. 8).

Servetto (1998, p.104) cita vários autores e estudos sobre a produção de artesanato na região andina da Argentina, dos quais ressalta a tendência de se definir o objeto artesanal e o artesão como produtor do objeto, descontextualizando suas condições de trabalho e sua história. Assim, encontra as seguintes definições que caracterizam o artesanato tradicional:

Trabalho predominantemente manual; utilização de recursos naturais locais; conhecimentos transmitidos pelas gerações passadas; caráter utilitário e funcional da obra; bagagem cultural plasmada na criação individual; expressão de uma cultura e fator de identidade.

Pereira (1979) enfatiza que, para ser eficientemente compreendido, o artesanato não pode ser apenas encarado como um conjunto de técnicas e processos dirigidos à produção de bens manufaturados, mas na reciprocidade das relações com o meio em que se expande, ou seja, dentro do contexto cultural que, num determinado momento, gera as condições que lhe dão origem e existência.

A riqueza cultural expressa-se em muitas e diferentes formas, algumas delas de caráter inovador, seja porque são singulares, não aparecendo em nenhuma outra região do país, seja porque assumem na região aspectos peculiares, em consonância com as especificidades da tradição e dos hábitos locais. O artesanato é um típico exemplo nessa direção (DINIZ; DINIZ, 2007).

Pode-se dizer que muitos materiais e técnicas surgiram da adaptação dos grupos ao meio ambiente e em decorrência de sua organização social. Segundo Canclini (1982), tais materiais e técnicas estão em constante readaptação frente às condições econômicas e culturais, aos estímulos e recursos disponíveis. Cândido (1987, p.25) reforça essa afirmação enfatizando que “para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social”.

Para Ávila (1984), o artesanato está diretamente ligado à questão do emprego, como solução de curto prazo para os países em desenvolvimento. O estímulo à produção artesanal requer baixos investimentos, dando chances a uma imensa parcela da população de ter uma participação econômica efetiva. Para o autor, a importância do processo de produção artesanal reside, ainda, no resgate de valores humanos - habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia, beleza – em contraposição aos processos industriais – de mecanização e automação. O autor ressalta o alto valor agregado do produto artesanal e sua condição para penetrar em países onde os produtos manufaturados têm o melhor mercado.

O artesanato para os segmentos populares se baseia na experiência vivida e transmitida de geração para geração. A tradição familiar tem enorme peso no processo criativo. Pertencer a uma família de artistas ou crescer em meio artesanal é, geralmente, um meio de não só “dar continuidade à categoria”, mas manter os vínculos afetivos, a memória, as trocas simbólicas e os elos de

solidariedade e dom necessários à gestão do cotidiano de cada artesão (DIAS, 2003, p. 3).

A organização do trabalho como forma de atividade artesanal permite o domínio integral do processo de produção, fato inexistente no caso de um operário de fábrica, que é obrigado a se especializar numa operação. O artesão é dono do saber e centro do processo de produção e não um simples apêndice de uma máquina. Só ele pode iniciar e concluir o processo e ainda detém o conhecimento sobre a compra, os tipos e a qualidade das matérias-primas, além de, comumente, comercializar o produto final gerado.

Sua importância no processo e seu domínio elevam sua autoestima, o que gera uma série de benefícios, dos quais pode-se citar a alteração positiva de sua sensibilidade individual.

Outro ponto a ser levantado sobre as características da produção artesanal é de que existem regiões em que o nível de atividade encontra-se num ponto em que se torna possível classificar como aglomerados produtivos.

2.5.1 Aglomerado produtivo de artesanato

O artesanato, pelas suas características, pode ser composto por um conjunto de unidades produtivas e, assim sendo, também poderá ser interpretado como um aglomerado produtivo, uma vez que congrega em uma mesma territorialidade agentes econômicos que mantêm vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO, 2005).

Além disso, a informalidade é muito comum no artesanato. Ela imprime ao aglomerado produtivo um duplo caráter. De um lado, o detentor do negócio informal exerce simultaneamente as funções de empregado e de patrão, gestor e produtor (CACCIAMALI, 2000). Trata-se de um conjunto de formas de

organização da produção e de distribuição que se estabelecem no interior da produção capitalista, muito embora subordinadas e integradas a esta. Por outro lado, o trabalho informal tem a natureza de um autoemprego: o objetivo do empreendedor não é exatamente o lucro capitalista, mas a criação de condições para assegurar a sua manutenção e a de sua família (PAMPLONA, 1999).

Em sua análise socioeconômica dos arranjos produtivos, Noronha e Turchi (2005) destacam a importância da base familiar dos empreendimentos. Segundo esses autores, a cooperação, tão ressaltada nos APLs, envolve várias relações: i) autoridade, ii) mecanismos de controle explícitos típicos de relações familiares, iii) reconhecimento de interesses mútuos e iv) sedimentação da confiança, como antecipação do comportamento do delegatário.

O vínculo familiar é decisivo na relação de confiança que se estabelece para a transmissão do conhecimento, que permite dar continuidade à “tradição de família”. Ao mesmo tempo, nas relações de trabalho, a autoridade e as formas de controle do trabalho são impostas muito mais pela própria hierarquia familiar do que por alguma imposição legal ou jurídica. Além disso, a ocupação de membros da família na atividade artesanal representa uma expansão da força de trabalho e da capacidade produtiva da empresa. Mais do que uma forma de aumentar o lucro a ser recebido, é uma forma de aumentar a renda familiar. Essa característica, entretanto, tem estreita vinculação com o grau de formalização da empresa (artesanato) e varia de acordo com o tipo específico de artesanato (DINIZ; DINIZ, 2007). Existem várias características que identificam o conjunto das atividades artesanais como um arranjo produtivo local informal, como a elevada informalidade, a forte tradição familiar que marca todos os elementos estruturais da empresa, como as relações de trabalho e a forma de apreensão e de transmissão de conhecimento, com reflexos na dinâmica de inovação do produto (DINIZ; DINIZ, 2007).

Alguns trabalhos já classificam arranjos produtivos locais em artesanato em algumas regiões do país. Conforme Teixeira (2009), municípios como São Luiz (MA), Iguazu (CE) e Distrito de Maragogipinho (BA) possuem APL em artesanato. Cassiolato, Szapiro e Lastres (2004) ainda destacam o fato de que a territorialidade é fundada em interdependências específicas da vida econômica de cunho local em que trabalho e tecnologia possuem significados especiais. No caso do artesanato, o trabalho tem um significado que, embora a tecnologia não seja o ponto que o destaca, a territorialidade e as relações estabelecidas são preponderantes no exercício da atividade.

Um outro aspecto a ser destacado no artesanato é a forte ligação que este possui com o setor de turismo. Observa-se, ainda, que, em casos de regiões que exploram o turismo cultural/histórico, tais setores podem ser complementares no desenvolvimento econômico em que estão inseridos.

2.5.2 Artesanato e turismo

A atividade turística tem grande relevância no desenvolvimento de uma localidade, além de ser considerada uma prestadora de serviços e responsável por receitas importantes de diversos setores que estão ligados direta ou indiretamente à economia local, tais como construção civil, alimentício, comércio, etc.

O conceito de sustentabilidade cultural coaduna com a ideia de que o turismo é importante para preservar os bens patrimoniais, os modos de vida e as tradições. O turismo com base no legado cultural é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural (BARRETO, 2005).

Por meio da cultura local conhecem-se e valorizam-se o comportamento, a autenticidade e a educação das pessoas. Assim, pode-se evidenciar o desenvolvimento local a partir da sua cultura, pois a comunidade é

importante aliada nas tomadas de decisões pertinentes ao planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo numa localidade.

A sustentabilidade econômica ainda reforça a questão de que o turismo tem contato com várias atividades econômicas diferentes. Trata-se de uma atividade que tem vários campos a serem explorados, como hotelaria, agência de viagens, eventos, recreação, lazer, gestão, comunicação, ecoturismo e turismo ecológico (ARCHER; COOPER, 2001).

O turismo é considerado uma atividade do terceiro setor que gera emprego, renda, divisas e, por conseguinte, é um fator de desenvolvimento. O desenvolvimento da economia local pode ser alavancado, portanto, pelo turismo. O modelo de desenvolvimento territorial é considerado mais apropriado para o desenvolvimento turístico, conforme Silva (2006), pois utiliza recursos produtivos de base local, proporcionando um efetivo grau de endogeneização dos benefícios socioeconômicos gerados no processo.

Conforme Kozake Nield (2004), é amplamente aceito que o futuro da competitividade da localidade como destino turístico será baseado na medida em que haja preocupações com a sustentabilidade de seus recursos naturais, econômicos e os recursos culturais.

O crescimento do turismo cultural é considerado uma das principais tendências da evolução da demanda turística e é uma das prioridades da política do turismo em muitos países (LORENZINI; CALZATI; GIUDICI, 2010). No entanto, um problema inerente às estratégias de distinção cultural é que muitos lugares adotam estratégias semelhantes e, portanto, até mesmo na cultura começa a faltar distinção (RICHARDS; WILSON, 2007). Por esta razão, elementos como artesanato local podem representar um aspecto importante na atratividade de um destino turístico.

De acordo com Casasola (2003), o campo do artesanato e o das artes populares são os que têm maior repercussão na atividade turística. Nessa

perspectiva, cabe destacar, ainda, os benefícios gerados pela forte vinculação observada entre os setores de artesanato e do turismo, mediante a inserção do artesão e seu local de produção nos roteiros turísticos, além da implantação de estratégias integradas, tais como a comercialização de produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação de hotéis e restaurantes, com produtos artesanais para evidenciar a identidade cultural local. Moesch (2002) afirma que o turismo é uma complexa combinação de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, relações sociais de hospitalidade e troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio-cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, que é o produto turístico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta desta pesquisa é de cunho qualitativo. Para Richardson (1999, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema [...] justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Autores como Flick (2004) e Godoy (1995) observam que a pesquisa qualitativa parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção dos dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos de acordo com a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

O método utilizado é o de estudo de casos múltiplos (YIN, 2001). Conforme Benbasat, Goldstein e Mead (1987), o estudo de casos múltiplos é desejável quando a intenção da pesquisa é o conhecimento mais profundo de uma realidade, para a construção de proposição teórica. Segundo Yin (2005), este método pode ser definido como o estudo envolvendo mais de um caso, seguido de uma comparação entre eles. Stake (2000) destaca que o estudo de caso não é uma investigação baseada em amostragem. Não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o caso.

Em estudo de caso é imprescindível que os dados sejam coletados em diferentes fontes. Para isso, com base em Reich e Benbasat (1996), serão realizadas entrevistas com diversos atores envolvidos na atividade artesanal, sejam eles poder público, representantes de associações, instituições de apoio, empresários do setor e artesãos.

A pesquisa é caracterizada como descritiva, pois o intuito do trabalho foi o de expor as características dos municípios. Serviu também de base para explicar quais fatores são determinantes para o desenvolvimento local da região

estudada no contexto de produção artesanal e como as instituições públicas e privadas locais, junto com a sociedade civil, se inserem neste processo.

3.1 Coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados, inicialmente, foram utilizadas fontes secundárias a partir de pesquisa bibliográfica, tais como livros, periódicos, revistas, jornais e internet, além de dissertações e teses, com a intenção de aprofundar o conhecimento referente ao assunto pesquisado. Realizou-se também pesquisa documental, incluindo projetos de execução, relatórios de gestão e estatutos, que foram disponibilizados pelas prefeituras e instituições que fizeram parte do estudo.

Para fins deste estudo, os dados foram obtidos nas associações comerciais, associações de artesãos, prefeituras municipais, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação João Pinheiro, Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER) e demais instituições envolvidas na promoção do artesanato nas cidades pesquisadas.

Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com artesãos, empresários que comercializam o produto artesanal ou que tenham como natureza de seus negócios a relação direta com produtos artesanais ali produzidos, representantes do poder público municipal e instituições de apoio. Conforme Marconi e Lakatos (2003), a entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido e as perguntas são pré-determinadas, mas podendo haver mudança no transcorrer da aplicação.

Os artesãos e os empresários do setor artesanal entrevistados no estudo, foram definidos parte aleatoriamente e outra parte a partir dos bancos de dados

do SEBRAE-MG, associações de artesãos, prefeituras municipais e demais instituições relacionadas a atividade artesanal, utilizando como base acessibilidade e respeitando o critério de saturação, ou seja, quando os dados passarem a se mostrar redundantes. Foram também entrevistados o representante do SEBRAE-MG na região, representantes do poder público municipal, das associações de artesãos e de instituições de apoio que se julgou necessário para enriquecimento da pesquisa e que, conforme as entrevistas, revelaram-se importantes.

Na fase do pré-teste, duas entrevistas foram descartadas, pois os dados não correspondiam ao propósito da pesquisa. Dessa forma, foram feitos ajustes nas questões da entrevista e assim deu-se continuidade à pesquisa. Uma entrevista realizada no município de Resende Costa também foi descartada, devido à percepção de que houve descaso nas respostas por parte do entrevistado. Tal entrevista não agregaria informações que contribuiriam para o propósito do trabalho. Dessa forma, foram utilizados para o estudo os dados de 20 entrevistas realizadas, conforme distribuição demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1 Relação dos entrevistados

Municípios	Artesão	Empresários	Artesão/ empresário	Instituições de apoio	Total
Resende Costa	3	0	4	3	10
Santa Cruz de Minas	2	1	4	3	10
TOTAL	5	1	8	6	

Fonte: Elaborado pelo autor

Um fato curioso a ser destacado é que, tanto em Santa Cruz de Minas quanto em Resende Costa, os empresários também desenvolvem o ofício artesanal. Somente em Santa Cruz de Minas um dos entrevistados não

desenvolve o ofício. Outro ponto a ser considerado é quanto aos representantes de instituições de apoio. Tanto em Resende Costa quanto em Santa Cruz de Minas foram entrevistados representantes do poder público, de associações e do SEBRAE-MG. Um único representante do SEBRAE atua em ambos os municípios e, sendo assim, foram feitas duas entrevistas, buscando dados referentes aos municípios em análise, individualmente.

3.2 Análise dos dados

Foi adotada a técnica de análise de conteúdo no tratamento dos dados das entrevistas. Tal técnica consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 37).

A análise de conteúdo foi conduzida seguindo-se as etapas básicas propostas por Bardin (2004): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. A primeira consiste em organização do material a ser utilizado no estudo, feita a partir de uma leitura “flutuante” deste. A exploração do material envolve codificação, classificação e categorização do conteúdo, referenciando-se nas abordagens teóricas utilizadas como suporte para o estudo. Por fim, na etapa de interpretação, aprofunda-se a reflexão sobre o conteúdo, visando perceber e estabelecer relações e desvendar o conteúdo latente que os materiais levantados possuem.

3.2.1 Fases da coleta e análise dos dados

Para a análise deste trabalho foram realizadas as seguintes etapas: a) formulação dos roteiros para a pesquisa, b) realização das entrevistas, c) transcrição das entrevistas; d) leitura detalhada e atenta do texto, relacionando-o e questionando-o com as questões pertinentes ao estudo, e) análise, examinando regularidade e variabilidade dos dados e f) descrição.

Para a elaboração dos roteiros, focou-se nos dados necessários para atingir os objetivos estabelecidos. Dessa forma, buscaram-se, na teoria abordada no estudo, direcionamentos para a elaboração das perguntas que foram utilizadas nas entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados encontrados para a pesquisa, de modo a contemplar os objetivos traçados para o estudo. No entanto, para fins de conhecimento regional, uma vez que a produção artesanal está presente em toda região, com algumas peculiaridades, cabe, de forma geral, ressaltar características dos municípios que compõem a região do campo das vertentes.

4.1 Caracterização dos municípios

Localizados na região conhecida como Campos das Vertentes, em uma área predominantemente montanhosa, Resende Costa e Santa Cruz de Minas fazem parte do Circuito Turístico Trilhas dos Inconfidentes, juntamente com mais dezoito municípios: Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ibituruna, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, São João Del Rei, São Tiago e Tiradentes.

Os municípios que integram este circuito turístico evocam tradição e poesia, guardando em seus caminhos e recantos parte significativa da história de Minas e do Brasil. Em todo o circuito há diversas manifestações culturais, como pintura, escultura, música e culinária.

Nas palavras da representante do SEBRAE-MG na região,

a região em que estamos inseridos possui uma produção artesanal ímpar, no qual diferencia-se pela qualidade das peças, o talento dos artesãos, pela diversidade cultural o qual estamos inseridos que reflete diretamente nos produtos artesanais e o envolvimento da sociedade com a arte do fazer artesanal.

Na região, o artesanato mobiliza pessoas das mais variadas classes, tendências e estilos. Conforme Abreu (2002), os municípios de Dores de Campos e Prados formam um aglomerado da atividade produtiva coureira; o município de Resende Costa, um aglomerado da tecelagem artesanal e São Tiago, um aglomerado da produção de biscoitos. O autor ainda indica que as atividades produtivas atuais são consequência de uma singularidade herdada pela tradição de seus moradores que ocupam esses territórios, por meio de suas gerações passadas, desde o século XVIII.

Assim, é possível observar que existe uma cultura regional orientada à produção artesanal, considerando as peculiaridades de cada município. Dessa forma, conhecer essas particularidades a fim de compreender como se deu a evolução da atividade artesanal e de que forma esta influencia o desenvolvimento local possibilita um maior entendimento do impacto do setor para os municípios.

4.1.1 Santa Cruz de Minas

Santa Cruz de Minas é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, considerado o menor de todos os municípios do país em extensão territorial, com apenas 3,11 km² e também um dos mais novos do Brasil. A cidade é conurbada com o município de São João Del Rei, bem à margem direita do Rio das Mortes.

Foi elevada à categoria de Vila pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962 e emancipado com a Lei nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995, e desmembrado do município de Tiradentes pela Lei nº 12.050, em 29/12/1995. A população do município é de 7.865 habitantes, conforme o censo de 2010. Toda a população do município reside em área urbana, inexistindo a população residente em área rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

A região é cortada pelo Rio das Mortes, nome recebido devido às inúmeras lutas travadas na região, na época da exploração do ouro. Existia num determinado ponto do rio, uma passagem obrigatória. Essa passagem ficou conhecida como Passagem do Rio das Mortes. Depois, vieram os nomes Porto da Passagem, Porto Real da Passagem, Vargem do Porto e, finalmente, Porto, porque ali chegavam e saíam em jangadas mercadorias de toda a região (gêneros alimentícios, vestuários, etc.). Foi desse Porto Real da Passagem que partiram aqueles que, procurando ouro, dariam origem aos arraiais da região, hoje, cidades de São João Del Rei, Tiradentes e Santa Cruz de Minas.

Na região denominada Córrego (Arraial do Córrego), teve origem o povoamento da atual Santa Cruz de Minas. Ali se estabeleceram os primeiros moradores em antigas fazendas (ainda existem duas), vindos do Porto Real da Passagem, à margem direita do rio das Mortes. Estes arraiais, com o passar dos tempos, passaram a pertencer à Vila São José, hoje Tiradentes e, só em 1995, aconteceu sua emancipação.

Em 29 de junho de 1937 foi celebrada a primeira missa campal com a bênção da pedra fundamental para a construção da capela, com a autorização do padre José Bernardino da Silveira. No local foi erguido um cruzeiro, de onde se originou o nome de Santa Cruz de Minas. O terreno para a construção da capela foi doado pela prefeitura de Tiradentes.

A base econômica do município é a extração e beneficiamento de areia de quartzo e indústria de beneficiamento de cal. Mas, Santa Cruz já começa a perceber sinais positivos relacionados à atividade turística com os visitantes que ali chegam à procura das várias lojas de móveis em estilo colonial e objetos artesanais para decoração em ferro forjado, cerâmica, fibra de taboa, dentre outros, concentradas principalmente na Avenida Ministro Gabriel Passos. Na afirmação de sua vocação para o fazer artesanal, a cidade já conta, inclusive, com duas associações de artesãos – a Associação Porto Real Arte e a Corporação de Artesãos de Santa Cruz de Minas.

A atividade artesanal do município vem ganhando destaque, sobretudo devido à sua localização. A Estrada Real corta o município e é uma das principais vias de acesso, ligando São João Del Rei e Tiradentes, ambos com forte apelo turístico. Com essa localização estratégica, Santa Cruz de Minas passou a se beneficiar do fluxo de pessoas que por ali circulam. Pode-se dizer que os turistas que visitam São João Del Rei e Tiradentes são aqueles que procuram um turismo cultural, religioso e patrimonial. Sendo assim, a atividade artesanal desenvolvida no município está voltada para esse público.

Observa-se que, no município, houve um aumento expressivo no número de estabelecimentos que comercializam o artesanato. Não há registros precisos quanto ao número exato desses estabelecimentos devido ao fato de vários deles estarem na informalidade. Entre estes estabelecimentos, prevalece os que comercializam artesanato em madeira, com um grande número de lojas e pequenas fábricas de móveis.

As fábricas de móveis artesanais localizadas no município são caracterizadas por produzirem móveis rústicos, utilizando, como matéria-prima, a madeira de demolição. A grande diferença entre móveis rústicos e convencionais é o tratamento dado na hora da confecção do móvel. As madeiras sem tinta são utilizadas para acabamento rústico natural ou liso. As madeiras

com tinta são utilizadas para acabamento em pátina "tinta velha". Elas podem ser mais ou menos lixadas. A madeira de demolição, como o nome já diz, tem origem em construções antigas, já sofreram todo tipo de desgaste, seja do tempo (sol e chuva) ou mecânico (peso, cortes e furos de pregos), portanto, defeitos como trincos e furos de maior ou menor porte não podem ser evitados.

As peças de artesanato em ferro, produzidos no município, são manufaturados por artesãos e se destacam pelo acabamento e a beleza de seus traços. São diversas peças produzidas, desde mesas, cadeiras e estantes, até uma grande diversidade de peças de decoração.

Nas palavras do representante público municipal, a maior fonte de geração de emprego é a atividade artesanal e produção de móveis, conforme se observa nos trechos de entrevista transcritos a seguir:

Hoje, a principal atividade de Santa Cruz de Minas, em termos de geração de emprego, é a produção de móveis e artesanato em geral. Já existem artesãos exportando.

[...] diretamente a questão do emprego, pois gira bastante emprego para moveleiros e artesãos. Então, é na parte do emprego que vem a ser mais interessante, pois é a partir disso que o dinheiro começa a girar, não só com os salários dos empregados propriamente ditos, mas também com a venda dos produtos ali produzidos. Então, a rotatividade é grande e acaba dando um retorno para o município. Não vou dizer em termos de arrecadação de impostos, mas com o giro do dinheiro, não só dos servidores que recebem o salário, mas da venda dos produtos. O município é beneficiado, através de um veículo que a pessoa adquire, por exemplo. Assim, indiretamente, já tem a arrecadação do IPVA e, além disso, os indicadores melhoram, pois quanto mais veículos o município possui é sinal que este está indo bem.

É possível considerar que o histórico de Santa Cruz de Minas está muito relacionado com o histórico dos municípios de São João Del Rei e Tiradentes, devido à sua localização geográfica e à sua dependência destes.

4.1.2 Resende Costa

O município de Resende Costa está situado na Região das Vertentes e foi criado em 30/08/1911, com a denominação de Vila de Resende Costa. A instalação oficial do município aconteceu no dia 1º de junho de 1912 e apenas em 1923 passou a ser chamado de Resende Costa. Anteriormente, era conhecido como Distrito da Lage e, conforme Teixeira (2009), o então distrito era composto de quatro localidades, que tinham a seguinte denominação: Arraial da Lage (atual sede do município de Resende Costa, MG); quarteirão dos Campos Gerais e quarteirão do Ribeirão de Santo Antônio (atual zona rural do município de Resende Costa) e quarteirão do Mosquito (atual município de Coronel Xavier Chaves, MG).

Segundo informações do IBGE, a implantação e o soerguimento do primitivo arraial da Lage estão ligados a três elementos básicos que concorreram inegavelmente para o desenvolvimento do povoado, então em formação. São eles:

- a) o cruzamento de duas estradas - uma que ligava Goiás ao Rio de Janeiro e outra que vinha do sul da província em direção ao norte;
- b) três grandes fazendas localizadas na região, a dos Campos Gerais, a do Pinto e a da Lage, foram também elementos de importância vital para o desenvolvimento do primitivo aglomerado;

- c) a fé e a índole religiosa dos primeiros habitantes exerceram também destacável influência na formação da antiga povoação. Em 12/12/1749, foi inaugurada a primeira capela do arraial da Lage. Ao redor dessa capela, foram construídas oito casas, pertencentes a fazendeiros que se deslocavam para o arraial, nas ocasiões de festas religiosas. Assim, novas outras casas foram sendo construídas e o arraial foi se formando naturalmente pelos fazendeiros, trabalhadores rurais e com o surgimento de pequenas atividades de habitantes já fixados na sede do arraial.

O nome do município nada mais é que uma homenagem àquele que lá nasceu, José de Resende Costa Filho, ilustre personagem que teve participação honrosa na Conjuração Mineira. A localização geográfica do município no estado de Minas Gerais pode ser observada em destaque na Figura 1.

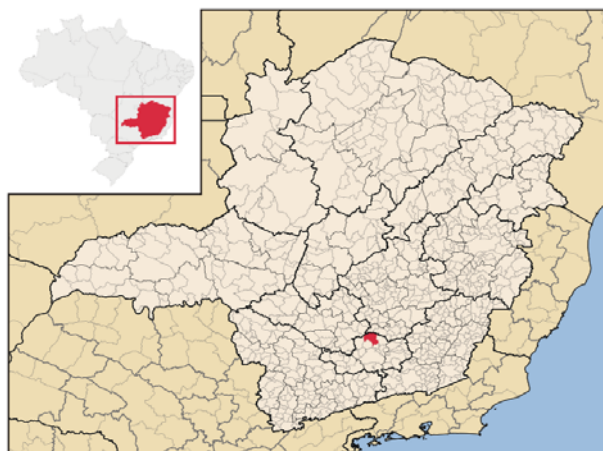


Figura 1 Localização do município de Resende Costa, no mapa de Minas Gerais

Fonte:WikimediaCommons¹

¹ Este mapa foi acessado no dia 1º/12/2011 de um *site* que disponibiliza, entre outros, imagens, som, vídeos e mapas digitalizados, cujo endereço eletrônico é <http://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page>.

Curiosamente, Resende Costa – nome que desde 1923 foi dado ao Distrito da Lage -, destaca-se como uma das cidades mineiras que têm, atualmente, na produção doméstica têxtil, uma atividade produtiva informal que garante a sobrevivência de grande parte da sua população. O referido distrito, que tem como primeira referência histórica o erguimento, em 1749, da capela de Nossa Senhora da Penha de França, no “lugar de Lage”, mantém sua importância quando se retoma a história da Inconfidência Mineira. Dois de seus filhos ilustres, “dois dos próceres do movimento libertário que sacudiu a Capitania de Minas Gerais na década de 1780: o Capitão José de Resende Costa e seu filho, de mesmo nome”, são considerados o “elo” entre a cidade e o passado.

O Distrito da Capela de Lage, termo da Vila de São José Del Rei (atual Tiradentes), comarca do Rio das Mortes, possuía 1.243 habitantes em 1831, que foram arrolados pelo juiz de paz José Coelho dos Santos. As atividades domésticas têxteis foram responsáveis pela ocupação de quase todas as mulheres do Distrito da Lage na época imperial.

Abreu (2002) chama a atenção para o fato de que os colonizadores trouxeram para o município o conhecimento tácito da tecelagem tradicional, que até hoje movimenta sua economia, mas que tanto o processo quanto os produtos vêm passando por modificações.

A produção artesanal nos séculos XVIII e XIX era destinada tanto para fins de subsistência quanto para atender à demanda emergente de um mercado consumidor interno (LIBBY, 1997; MACEDO, 2006). Conforme Libby (1997), essa atividade também poderia ter sido uma possibilidade de ocupação feminina e de eliminação ou, pelo menos, de redução da necessidade de compra de tecidos do mercado externo.

Conforme já destacado por Silva (2010), é importante considerar que, mesmo existindo um maior número de empresas no município de Resende

Costa, a maioria dos moradores envolvidos com a atividade artesanal produz em domicílios de forma autônoma, e a produção nesses locais é informal.

Assim, Resende Costa destaca-se como uma das cidades mineiras que têm, na produção artesanal têxtil, uma atividade produtiva informal que garante a sobrevivência de grande parte da sua população.

4.2 Panorama do desenvolvimento econômico, social e cultural dos municípios

Neste tópico, serão levantadas algumas informações de cunho quantitativo que poderão ser úteis para compreender a realidade e o desenvolvimento dos municípios em questão. Primeiramente, destaca-se a população e o PIB *per capita* (R\$) dos municípios.

Tabela 2 Municípios por população e PIB *per capita*, 2008

Município	População	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Resende Costa	10913	6.637,73
Santa Cruz de Minas	7865	4.084,03
São João Del Rei	84.469	9.868,08
Tiradentes	6.961	9.410,79

Fonte: IBGE (2010)

De acordo com os dados apresentados, o município de Resende Costa é o mais populoso e com maior PIB *per capita* do que de Santa Cruz de Minas. Este número está bem abaixo do PIB *per capita* do estado de Minas Gerais, que é de R\$ 14.233 (IBGE, 2010).

Buscando comparar o PIB *per capita* dos municípios analisados com o de outros municípios da região, na Tabela 2 destaca-se o município de São João

Del Rei, que tem maior população e Tiradentes, que tem um setor turístico forte e bem desenvolvido.

Constata-se que o município de Tiradentes tem a menor população e é o segundo município com o melhor PIB *per capita*, ficando atrás apenas de São João Del Rei, que é o mais populoso entre os quatro analisados.

Conforme relatou Moesch (2000), o turismo é considerado um fenômeno econômico de extrema importância no mercado financeiro internacional. Ao mesmo tempo em que o turismo passa a ocupar importante papel na economia, desenvolvem-se outros estudos acadêmicos que buscam aprimorar as teorias tratando do tema, considerando-o como um fenômeno muito mais complexo e cheio de particularidades (BENI,2006; LEMOS, 2005; MOESCH, 2000). Já Thomazi (2006) salienta que o turismo possui ampla gama de atuação e, por isso, torna-se um instrumento de coletividade, sociabilidade e sustentabilidade. Nesse sentido, destaca-se o município de Tiradentes, pelo seu desenvolvimento turístico e pelo seu PIB *per capita*, que representa um dos maiores da região e um dos melhores em relação à sua população.

Para compreender um pouco mais a economia local, foram analisados os dados por setores econômicos da agropecuária, indústria e serviços a partir do valor adicionado bruto, que se constitui da receita deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, portanto, quanto cada atividade econômica contribuiu para o PIB municipal. Os dados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 Valor adicionado bruto de Resende Costa e Santa Cruz de Minas, MG, 2008

Municípios	Valor adicionado (mil reais)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Resende Costa	21.979	6.831	40.887	69.697
Santa Cruz de Minas	28	3.572	25.917	29.517

Fonte: IBGE (2010)

No município de Resende Costa, o setor de serviços se destaca no quesito valor adicionado, seguido pelo setor agropecuário. Em Santa Cruz de Minas acontece o mesmo com o setor de serviços, no entanto, o setor agropecuário tem pouca expressividade e perde para a indústria. Tal fato justifica-se pela dimensão territorial do município e pela inexistência de área rural. Verifica-se que as atividades econômicas do setor agropecuário, industrial e de serviços contribuem pouco para os PIBs municipais. Os dados sobre a população e a economia local são característicos de pequenos municípios que, geralmente, têm nas finanças públicas um fator de destaque na geração de recursos financeiros para a economia local.

Para uma análise do Valor Adicionado Fiscal (VAF) dos municípios, na Tabela 4 indicam-se tais valores no período de 2005 a 2009.

Tabela 4 Valor Adicionado Fiscal, em mil reais de dezembro

Município	2005	2006	2007	2008	2009
Resende Costa	20.655,94	21.591,27	26.594,40	33.604,12	27.417,70
Santa Cruz de Minas	11.343,99	11.031,44	12.032,67	7.652,06	10.279,26

Fonte: Fundação João Pinheiro - FJP (2009a)

Tais números representam o valor adicionado fiscal do município, em mil reais de dezembro. Conforme o IMRS (FJP, 2009a), trata-se de um indicador econômico-contábil utilizado pelos estados para calcular o repasse da receita do ICMS e do IPI sobre exportação de produtos industrializados aos municípios. Representa o somatório dos valores adicionados realizados no território, espelhando o potencial que o município tem para gerar receitas. Quanto maior for o movimento econômico e, portanto, quanto maior for o VAF do município, maior será seu índice de participação no repasse de receitas oriundas da arrecadação do ICMS/IPI Exportação. O valor adicionado, exceto para empresas participantes do “simples nacional”, corresponderá à diferença entre o valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo ICMS (transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) e o valor das mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil. Nas empresas participantes do “simples nacional”, o Valor Adicionado corresponderá a 32% da Receita Bruta auferida no período de apuração. Nos anos apresentados, nota-se que o VAF de Resende Costa foi bem superior ao de Santa Cruz de Minas.

Partindo para uma análise do número de empresas, pessoal ocupado, pessoal assalariado e salário médio, a situação dos municípios está demonstrada na Tabela 5.

Tabela 5 Cadastro central de empresas (2009)

Municípios	Número de empresas atuantes	Pessoal ocupado total	Pessoal ocupado assalariado	Salário médio (em salários mínimos)
Resende Costa	374	1240	804	1,7
Santa Cruz de Minas	196	834	598	1,8

Fonte: IBGE (2010)

O município de Resende Costa tem o maior número de empresas atuantes, o maior número de pessoal ocupado juntamente com maior número de pessoal ocupado assalariado. Entretanto, a média salarial é menor que o município de Santa Cruz de Minas, que superou Resende Costa apenas neste aspecto. Ambos os municípios apresentam baixo número de pessoal ocupado e assalariado.

Quanto a renda *per capita*, na Tabela 6 estão indicados os números dos municípios.

Tabela 6 Renda *per capita* e taxa média anual de crescimento, anos 2000 e 2010

Municípios	Renda <i>per capita</i> 2000 (R\$ de ago/2000)	Renda <i>per capita</i> 2010 (R\$ ago/2010)	Taxa média anual de crescimento 2000 a 2010 (%)
Resende Costa	311,24	556,38	5,98
Santa Cruz de Minas	346,73	509,36	3,92

Fonte: FJP (2009a)

O município de Resende Costa tem a maior renda *per capita* (2010) como também a maior taxa média anual de crescimento. Observa-se que a taxa mais elevada de crescimento possibilitou que o município de Resende Costa ultrapassasse o valor da renda *per capita* de Santa Cruz que era maior no ano 2000.

A compreensão da realidade desses municípios pode ser concebida com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que abrange riqueza, educação e esperança média de vida da população, conforme dados da Tabela 7.

Tabela 7 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	
	1991	2000
Resende Costa	0,651	0,755
Santa Cruz de Minas	0,661	0,736

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro- PNUD/IPEA/FJP (2003)

Os dados apresentados na Tabela 7 são os últimos dados disponibilizados pelo PNUD. Verifica-se que tanto Resende Costa quanto Santa Cruz de Minas melhoraram seus índices, no entanto, isso ocorreu, de forma geral, na grande maioria dos municípios. Comparado com o IDH brasileiro, que em 1991 era de 0,696 e de 0,766 em 2000 e com o IDH de Minas Gerais que, em 1991, era de 0,697 e em 2000, de 0,773, tal situação não é tão vantajosa.

Para uma análise complementar, são apresentados os dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), que abrange um conjunto de dados referentes a educação, saúde, segurança pública, emprego e renda, gestão, habitação, infraestrutura e meio ambiente, cultura, lazer e desporto.

Tabela 8 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008.

Município	Índice Mineiro de Responsabilidade Social				
	2000	2002	2004	2006	2008
Resende Costa	0,577	0,586	0,590	0,608	0,633
Santa Cruz de Minas	0,496	0,499	0,513	0,541	0,541

Fonte: FJP (2009b)

Os números apresentados na Tabela 8 são os últimos dados disponibilizados pelo PNUD. Verifica-se que tanto Resende Costa quanto Santa Cruz de Minas melhoraram seus índices, no entanto, isso ocorreu, de forma geral, na grande maioria dos municípios. Comparado com o IDH brasileiro, que, em 1991, era de 0,696 e de 0,766 em 2000 e com o IDH de Minas Gerais que, em 1991, era de 0,697 e em 2000, de 0,773, tal situação não é tão vantajosa.

Analisando-se os dados apresentados, nota-se que ambos os municípios vêm aumentando seus índices nos anos analisados. Resende Costa sempre teve melhores índices que Santa Cruz de Minas e, em 2008, essa diferença foi ainda maior. Nesse sentido, observa-se que, em Resende Costa, a população tem maior acesso a educação, saúde, lazer, segurança pública, emprego e renda, gestão habitação, infraestrutura e meio ambiente, cultura, lazer e desporto.

Na Tabela 9 observa-se o número médio mensal de famílias beneficiadas com transferências do programa Bolsa Família.

Tabela 9 Número médio anual de famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família

Municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Resende Costa	307,3	665,3	773	730,3	712,3	648,1	636,1
Santa Cruz de Minas	225,7	416,9	531,5	556,7	518,8	514,1	493,8

Fonte: FJP (2009a)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa é orientado pela perspectiva de contribuir para a inclusão social de famílias pobres e extremamente pobres, e que são beneficiadas aquelas que têm renda mensal entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 por pessoa e só ingressam no Programa se tiverem crianças ou adolescentes de até 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem participar do Bolsa Família, qualquer que seja a idade dos membros da família. Assim, percebe-se que, ainda em 2010, havia um número significativo, em relação à população, de famílias que se enquadravam nessa faixa etária nos municípios.

Na Tabela 10 apresentam-se os dados dos municípios relativos às suas receitas orçamentárias realizadas, compostas pelo Fundo de Participação Municipal (FPM) e Imposto sobre Serviços (ISS).

Tabela 10 Receita realizada, FPM e ISS, 2009 (R\$)

Município	Receita orçamentária realizada	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	Imposto sobre Serviço (ISS)
Resende Costa	9.797.399,75	5.873.796,47	109.893,27
Santa Cruz de Minas	6.645.889,62	4.405.347,37	26.977,50

Fonte: IBGE (2010)

Os dados sobre receitas orçamentárias mostram como a arrecadação tributária de competência do município é relativamente pequena e indica a grande importância dos recursos públicos para a economia local. Isso demonstra a fragilidade econômica dos municípios, que é uma característica, de forma geral, de pequenos municípios que não têm uma atividade econômica mais efetiva.

Conforme argumentam Gomes e MacDowel (2000, p.4), as transferências de renda trazem consequências como:

beneficiaram pequena parte (não necessariamente a mais pobre) da população que vive nos pequenos municípios e prejudicaram a maior parte, que habita os outros, cujos recursos tornaram-se mais escassos; e aumentaram os recursos utilizados com gastos legislativos, ao mesmo tempo em que reduziram, em termos relativos, o montante de recursos disponíveis para programas sociais e investimentos.

Em Santa Cruz de Minas, inclusive, alguns entrevistados enfatizaram o fato da emancipação precoce do município, que tem forte dependência de São João Del Rei:

Apesar que aqui o município foi emancipado há pouco tempo, muita coisa depende de São João Del Rei, acho que 90%. Eu acho que a maioria da renda que tem aqui vai pra São João Del Rei [...] Eu acho que aqui foi emancipado precocemente (ENT. 17).

Tal fato pode ser um problema para o município, até mesmo para seus índices, pois a economia local pode ser prejudicada, devido a empresas maiores e mais bem estruturadas que, porventura, venham a se localizar no município de maior população.

Partindo para uma análise cultural dos municípios, observa-se, na Tabela 11, a diversidade de grupos artísticos existentes nos municípios.

Tabela 11 Diversidade de grupos artísticos

Município	Diversidade de grupos artísticos		
	2005	2006	2007
Resende Costa	Alta diversidade	Alta diversidade	Alta diversidade
Santa Cruz de Minas	Baixa diversidade	Baixa diversidade	Baixa diversidade

Fonte: FJP (2009b)

Foram considerados municípios com alta diversidade de grupos artísticos aqueles com pelo menos 10 grupos artísticos diferentes; com diversidade média, aqueles com 5 a 9 grupos artísticos e com baixa diversidade, aqueles com 1 a 4 grupos artísticos. Estão incluídos entre os grupos artísticos os cineclubes, os grupos de dança, de capoeira, musical, coral, associação literária, circo, escola de samba, desenho e pintura e artes visuais. Observa-se que Resende Costa está bem mais envolvida com a atividade cultural. Santa Cruz de Minas possui um envolvimento menor. No entanto, cabe ressaltar que, devido à proximidade com São João Del Rei e Tiradentes, a população pode se envolver em atividades culturais daqueles municípios.

Nos dois municípios analisados não há a existência de órgão gestor de cultura. Em Resende Costa existe um conselho de patrimônio; já em Santa Cruz de Minas, tal conselho ainda não foi criado. Quanto ao gasto *per capita* com atividade de preservação do patrimônio cultural dos municípios, que corresponde ao valor dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) realizadas na subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, dividido pela população total do município em reais, Resende

Costa, em 2010, apresentou R\$ 1,88 , seu primeiro ano, ao qual foi contabilizado um valor. Santa Cruz de Minas ainda não apresenta valores para este índice.

Quanto ao gasto *per capita* com difusão cultural, que corresponde ao valor dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais (PCA) realizados na subfunção Difusão Cultural, dividido pela população total do município em reais, na Tabela 12 são apresentados os valores.

Tabela 12 Gasto *per capita* com difusão cultural, 2005 a 2010

Município	Gasto <i>per capita</i> com difusão cultural					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Resende Costa	15,97	17,82	66,17	35,96	24,37	26,79
Santa Cruz de Minas	19,60	32,12	14,62	32,21	11,52	13,87

Fonte: FJP (2009a)

De acordo com os dados da Tabela 12, Santa Cruz de Minas apresentou maiores valores, em 2005 e 2006, que Resende Costa. No entanto, nos anos 2007, 2008, 2009 e 2010, Resende Costa superou Santa Cruz nesses valores, tendo, em 2007, um aumento bastante expressivo em relação aos demais anos analisados. Já Santa Cruz de Minas, desde 2008, vem diminuindo seus gastos, o que representa uma situação negativa para o desenvolvimento cultural do município. Cabe ainda ressaltar a limitação de dados mais abrangentes referentes a aspectos culturais dos municípios, uma vez que estes não possuem um órgão ou secretaria que controle ou gerencie a cultura.

Em suma, com base nos dados secundários, neste capítulo buscou-se apresentar um panorama do desenvolvimento econômico, social e cultural dos municípios de Resende Costa e Santa Cruz de Minas, com o objetivo de compreender melhor a situação atual em que se encontram tais municípios.

4.3 Relações entre desenvolvimento da atividade artesanal e desenvolvimento social, econômico e cultural do município

Nesta seção, foram analisadas as entrevistas realizadas, dividindo-as em categorias por meio da análise de conteúdo, como forma de organizar os resultados e facilitar o entendimento. O repertório Interpretativo (Quadros 1 e 2), classificado como "O Artesanato sob perspectivas de artesãos e empresários", dos municípios de Resende Costa e Santa Cruz de Minas contém alguns fragmentos ilustrativos que apontam para características peculiares da atividade nesses municípios.

4.3.1 Resende Costa

Conforme consta em alguns fragmentos ilustrativos relacionados para compor o Quadro 2, a maior parte dos entrevistados no município de Resende Costa já atua na atividade artesanal há mais de quinze anos. Ao serem indagados com a pergunta sobre a importância do artesanato para o desenvolvimento local, observou-se uma unanimidade entre os entrevistados, que ressaltaram que o emprego e a ocupação são fatores importantes no artesanato e influenciam o desenvolvimento local.

Por meio da leitura dos fragmentos de entrevistas das categorias 1, 4 e 5 do Quadro 2, é possível perceber o peso que tem a tradição familiar ao dar continuidade às atividades produtivas. Dias (2003) já enfatizava o significado de pertencer a uma família de artistas ou crescer no meio artesanal e a perpetuação desta cultura como forma de manter os vínculos afetivos e memória familiar.

Cabe ressaltar, ainda, sobre a representatividade que a atividade artesanal tem na renda familiar. Do total de sete entrevistados, seis afirmaram que o artesanato é sua fonte principal de renda, tendo quatro afirmado que, além

de principal fonte de renda, esta também era a única, conforme possível verificar em fragmentos do Quadro 2.

Para facilitar o entendimento das informações fornecidas pelos entrevistados, no Quadro 2 são apresentados alguns fragmentos, divididos em categorias de análises.

Categorias	Nº	Fragmentos ilustrativos
Tempo de trabalho como artesão	1	[...] desde quinze anos eu trabalho com o artesanato. Tenho 37 anos. Comecei fazendo em casa. Foi coisa de família. Minha mãe tece desde os treze anos [portanto, 22 anos de atuação na atividade] (ENT. 02).
		[...] Desde a mais tenra idade, pois minha mãe era, comecei a trabalhar com 11 e 12 anos [portanto, 20 anos de atuação na atividade] (ENT. 04).
		[...] só de loja tenho 20 anos. Mas, já trabalhava na atividade há mais tempo (ENT. 03).
Importância da atividade para o desenvolvimento local	2	[...] é importante porque traz muito serviço para as pessoas (ENT. 09).
		[...] Extremamente importante. O município, hoje, com certeza, 50% da população trabalha direta ou indiretamente com o artesanato em tear. Se comparar Resende Costa com outras cidades da região, o nosso crescimento na última década foi muito maior (ENT. 04).
		[...] Eu acho muito importante porque aqui ninguém fica à toa. Porque não gera emprego só pra tecer e trabalhar em loja. Tem muitas outras coisas que são feitas por causa do artesanato (ENT. 06).
Percentual que o exercício da atividade artesanal representa na renda	3	[...] é minha única renda (ENT. 01).
		[...] Principal e única (ENT. 02).
		[...] Principal fonte de renda (ENT. 04).
Motivo da escolha do artesanato	4	[...] Influência da família, gosto pelo ofício (...) (ENT. 03).
		[...] primeiro é porque a loja é da minha irmã. Sou professora, mas eu prefiro trabalhar com o artesanato (ENT. 02).
		[...] escolhi porque vi que era promissor na cidade e gosto de produzir as peças (ENT. 08).
Número de pessoas da família que trabalha com artesanato	5	[...] Deve ter umas vinte pessoas envolvidas, porque, se não tece e faz em casa, tem loja (ENT. 08).
		[...] Tenho mais quatro irmãos que trabalham também no artesanato (ENT. 07).
		[...] duas pessoas. Eu e minha esposa (ENT. 01).

Quadro 2 Repertório interpretativo – o artesanato sob a perspectiva de artesãos e empresários (Resende Costa)

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme estudo realizado por Silva (2010), no município de Resende Costa, onde foi levantada a questão de motivação para ingressar na tecelagem tradicional, o autor pontua que

O ingresso no mercado, em sua maioria, é motivado pela sobrevivência. Para os entrevistados, a motivação mais frequente é completar a renda (53%) seguida de falta de opções de trabalho e renda no município (18,4%), ou seja, para 71,4% dos entrevistados a tecelagem tradicional é uma alternativa econômica concreta do mercado municipal. A tradição familiar é para os entrevistados a terceira motivação mais frequente (16,9%) de ingresso no mercado de produção. É interessante observar que esses dados podem indicar como é a dinâmica de relacionamento entre sociedade e economia nesse território, em que pessoas necessitam sobreviver economicamente e a imersão da vida cotidiana nas tradições locais ao mesmo tempo limita as opções de escolha, mas também cria a oportunidade dos empreendimentos de base artesanal (SILVA, 2010, p. 98).

Nas categorias 1, 4 e 5 do Quadro 2 é possível observar, nos fragmentos ilustrativos, que os potenciais fatores para a valorização do fazer artesanal originam-se da interação do patrimônio natural com o patrimônio histórico-cultural, ocasionando singularidades expressas em produtos ou serviços que permitem novas formas de relações com os consumidores, já destacado por Albagli (2004) e Lagares, Lages e Braga(2006), anteriormente.

Outro ponto a ser destacado nas categorias 2 e 3 compreende a questão de ocupação, emprego e renda. Ávila (1984) já considerava que o artesanato está diretamente ligado à questão do emprego, como solução de curto prazo para os países em desenvolvimento. O autor reitera que a importância do processo de produção artesanal reside ainda no resgate de valores humanos - habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia e beleza.

Gava (2010) advoga em favor de mais estímulos à identificação e ao desenvolvimento de vocações locais, uma vez que incentivam a organização

produtiva a partir das características e capacidades da região e da população, buscando, assim, uma melhor exploração das relações entre o setor produtivo e o desenvolvimento das localidades.

Assim sendo, retomando Barquero (1999), quanto ao desenvolvimento endógeno, este autor afirma que compreende um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local utilizando o potencial de desenvolvimento, que conduz à melhora de vida da população local. Dessa forma, é possível perceber que em ambos os municípios isso ocorre.

Com base nos fragmentos destacados, é possível perceber que a atividade artesanal é fruto de uma construção social histórica e que ganhou destaque no contexto econômico atual, proporcionando o desenvolvimento.

4.3.2 Santa Cruz de Minas

No município de Santa Cruz de Minas, a atividade artesanal tem características bastante diferentes de Resende Costa. Observa-se que o artesanato iniciou seu processo de consolidação na primeira década do século XXI. Também é possível novamente destacar a localização geográfica como elemento estratégico para a produção artesanal no município.

No Quadro 3 pode-se perceber, pelos fragmentos dos entrevistados, as peculiaridades e as semelhanças da atividade artesanal exercida em Santa Cruz de Minas e Resende Costa.

Categorias	Nº	Fragmentos ilustrativos
Tempo de trabalho como artesão	1	[...] Foi em 2009, justamente quando eu abri empresa pra restaurações e loja. Aí eu ia juntar tudo, ateliê loja e a parte de restaurações (ENT. 15).
		[...] Quando eu tinha quatorze anos [portanto, 9 anos] (ENT. 11)
		[...] dezessete anos em Tiradentes, eu vi crescer muita coisa. O artesanato lá é muito rico e chama muitos turistas, muita gente de fora, até fora do Brasil. E aqui em Santa Cruz eu tô há 8 oito meses e eu tô adorando. E eu vejo também que, aqui em Santa Cruz, o comércio em geral tem muito artesanato a oferecer (ENT. 14).
Importância do artesanato para o desenvolvimento local	2	[...] falar sobre o artesanato que a arte anda lado a lado, mas, hoje, eu faço a parte da arte. A parte da arte é fundamental tanto para a região quanto para mundo todo, é cultura (ENT. 15).
		[...] O artesanato é o desenvolvimento básico de cada pessoa, de criatividade, de invenção. E é o que tem aceitação, é a procura de todas as pessoas que circulam aqui na nossa cidade de Santa Cruz e tem tido boa aceitação. O que se faz tem tido boa aceitação. (ENT. 16)
		[...] O município passou a ser um forte produtor de artesanato, principalmente em madeira, e isso faz com que todo o comércio cresça, gere empregos, etc. (ENT. 019).
Percentual que o exercício da atividade artesanal representa na renda	3	[...] Representa pra mim, hoje, na faixa de 90%. Pego outros serviços por fora, faço de motorista, alguma coisa assim, pra poder completar (ENT. 11).
		[...] É oitocentos reais. Só essa (ENT.12).
		[...] É minha única fonte de renda (ENT. 18).
Motivo da escolha do artesanato	4	[...] Primeiro lugar porque, desde que eu comecei, gostei de fazer esse tipo de coisa e, daí pra frente, só isso. Comecei a fazer artesanato (ENT. 11).
		[...] Porque eu gosto, acho bonito (ENT. 12).
		[...] É o que eu vi pela frente, que tinha como eu crescer, e que eu vi que dava pra me aprender e tudo escolhi fazer o artesanato (ENT. 13).
		[...] Porque eu sempre amei, sempre gostei. É diferente. Nenhum artesanato é igual ao outro, então, você vê de tudo aqui. Você vê desde o ferro e a madeira até papel machê (ENT. 14).
		[...] Porque eu nasci com isso. Desde os onze anos de idade eu já pintava (ENT. 15).
		[...] Porque é o foco daqui, que é procurado é artesanato (ENT. 16).
Número de pessoas da família que trabalham com artesanato	5	[...] duas pessoas (ENT. 15).
		[...] Aqui, só eu e minha esposa (ENT. 16).
		[...] Na minha família, só eu (ENT. 13).
		[...] Aqui na loja, cinco (ENT. 14).

Quadro 3 Repertório interpretativo – O artesanato sob a perspectiva de artesãos e empresários (Santa Cruz de Minas)

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que, na categoria 1 e conforme levantado em tópicos anteriores, a atividade artesanal em Santa Cruz de Minas teve seu início recentemente, conforme apontamentos dos entrevistados. Outro ponto que cabe destacar é que, se comparada à de Resende Costa, a integração familiar de Santa Cruz ainda é incipiente. Esta demonstra que poderá ser maior, conforme discurso dos entrevistados.

[...] atualmente, só eu trabalho com o artesanato, mas meu filho vai sair da farmácia que trabalha para me ajudar fazer as peças, porque será melhor remunerado, uma vez que as vendas estão aumentando.

Analisando sob outro aspecto, é possível perceber, neste último fragmento, que o aspecto “artístico”, em algumas circunstâncias, não é considerado para exercer o ofício, mas sim o aspecto econômico. Tal relato ainda permite verificar a oportunidade que alguns dos entrevistados têm quanto ao desenvolvimento da atividade artesanal.

Corroborando com a fala dos entrevistados, segundo Oliveira (2007), a atividade artesanal pertence à área industrial, pois se trata de transformação da matéria-prima, de criação de objetos. Dois aspectos são essenciais no seu entender: o artesanato como regime de trabalho e artesanato como técnica.

Não resta a menor dúvida de que o aspecto principal é o econômico, pois não se pode aceitá-lo como uma ação fortuita, casual. Deriva sim da necessidade de autoconsumo ou de sua procura no mercado. O caráter artístico, num primeiro momento, é secundário, tornando-se noutro o principal, momento em que não se vê a peça, mas sua expressão. Havendo para alguns, inclusive, nestes casos uma diferença entre quem fez: artesão simplesmente, ou artesão-artista (OLIVEIRA, 2007, p.20).

Neste entendimento, “o que fez nascer o artesão foi a necessidade. Necessidade de suprir-se e à comunidade de determinados objetos, num sistemasocial que oscila entre a economia natural e a mercantil simples”

(OLIVEIRA, 2007,p.21). O autor leva em consideração a natureza do exercício da atividade através dos tempos, sua evolução e sua situação num sistema em que o mesmo é por demais secundário, assumindo um caráter subsidiário em termos de preocupação de mão de obra e operando como suporte de certos processos de fabricação.

Na categoria 2, ‘Importância do artesanato para o desenvolvimento local’, em ambos os municípios, é possível retomar a visão de Barquero (1999), no qual identifica pelo menos três dimensões nos processos de desenvolvimento endógeno: a dimensão econômica, caracterizada por um sistema específico de produção que permite que os empresários locais usem eficientemente os fatores produtivos e alcancem os níveis de produtividade que permitem que sejam competitivos nos mercados; a sociocultural, em que os atores econômicos e sociais se integram com as instituições locais, formando um sistema denso de relações que incorporam os valores da sociedade no processo de desenvolvimento e a dimensão política, que se instrumentaliza mediante as iniciativas locais e que permite criar um entorno local que estimula a produção e favorece o desenvolvimento sustentável.

Na categoria 3, de acordo com os fragmentos dos entrevistados, o artesanato representa a maior fonte de renda, ou até mesmo a única. Apesar das limitações em termos de generalização de resultado do estudo, é possível perceber como pessoas do município adotaram o artesanato como meio de sobrevivência.

Quanto ao envolvimento de pessoas da família na atividade, categoria 5, os artesãos do município não passaram pelo processo de transferência de tradição familiar’, conforme Resende Costa. Isso, inclusive, justifica-se pela história recente de seu surgimento.

Um ponto curioso a ser destacado no estudo compreende o número de marceneiros contratados nos últimos 8 anos, conforme Quadro 4.

Período: janeiro de 2003 a dezembro de 2010				
CBO	Sal. Médio Adm.(R\$)	Frequência		
		Adm.	Desl.	Saldo
771105 Marceneiro	591,01	254	213	41
717020 Servente de obras	383,53	145	132	13
521110 Vendedor de comércio varejista	442,68	132	112	20
784105 Embalador, a mão	464,67	105	86	19
141410 Comerciante varejista	408,38	82	69	13
411005 Auxiliar de escritório, em geral	472,07	73	52	21

Quadro 4 Fluxo de emprego do município de Santa Cruz de Minas

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

Apesar de ser um número bruto e pelo fato de marceneiros poderem atuar na fabricação de móveis, na construção civil, etc., de acordo com fragmentos das entrevistas, percebe-se que artesãos estão sendo contratados e registrados na ocupação como marceneiros. Ao serem perguntados sobre “Quais as ações positivas têm melhorado/impulsionado a atividade artesanal no município e quais os reflexos na atividade específica realizada por você”, artesãos/empresários responderam da seguinte forma:

[...] Acho, assim, que tem melhorado porque, de certa forma, a gente tem pessoas que trabalham pra gente, aí a gente tá ajudando. Tem pai de família que trabalha aí, então, que sustenta a família através do serviço aqui. Eu acho que dessa forma tá ajudando o município (ENT. 11).

Procurados e indagados sobre a função para a qual contratam os artesãos, estes afirmaram que era para a ocupação de marceneiro. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego, marceneiros confeccionam e restauram produtos de madeira e derivados (produção em série ou sob medida). Os marceneiros, os carpinteiros e os trabalhadores similares executam diversas tarefas necessárias ao fabrico, à

montagem, ao assentamento, à decoração e à reparação de obras ou peças em madeira, seus derivados ou outros materiais similares.

Observa-se que o artesão, neste caso, vem se tornando uma forma de mão de obra neste contexto. Canclini (1984) já destacava que materiais e técnicas estão em constante readaptação frente às condições econômicas e culturais, aos estímulos e aos recursos disponíveis. Cândido (1987, p.25) ainda reforça essa afirmação ao dizer que “para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social”. Assim, percebe-se um novo formato de trabalho, se considerado o formato histórico da função do artesão que consistia num trabalho independente e informal.

Assim sendo, observa-se que, em ambos os municípios, ainda se preserva o gosto pelo fazer artesanal, conforme fragmentos da categoria 4. Dessa forma, conforme já mencionado anteriormente por Cuche (1999), o artesanato pode ser compreendido nos municípios como uma forma de contribuir para a caracterização da identidade cultural local.

4.4 Impulsionadores e limitantes da produção artesanal nos municípios

Nesta seção serão observados, conforme fragmentos das entrevistas expostas nos Quadros 5 e 6, os fatores impulsionadores e limitadores da atividade artesanal nos municípios, juntamente com uma perspectiva dos artesãos e empresários quanto à atuação do poder público e à contribuição do trabalho que o entrevistado desenvolve para o município e o desenvolvimento local.

No Quadro 5 são apresentados alguns fragmentos das entrevistas com os artesãos e empresários do município de Resende Costa.

Categorias	Nº	Fragmentos ilustrativos
Limitadores da produção artesanal nos municípios	6	[...] Qualificação profissional, especificamente quanto ao atendimento ao turista. Melhorar o receptivo (bar, restaurantes, pousadas), no entanto, está melhorando. Está melhorando no momento certo, conforme há uma demanda. Não há como se criar uma estrutura sem demanda (ENT. 04).
		[...] [Falta de] maior apoio para os artesãos (produtores), pois os produtos poderiam ser mais valorizados pelos lojistas no momento da revenda (ENT. 02).
		[...] A competição intensa (ENT. 09).
		[...] Falta estrutura adequada do município, com órgãos de apoio e um calendário de eventos para promoção do artesanato e turismo. É possível explorar muito melhor a atividade do tear aqui. Falta organização e união de todos (ENT. 07).
Ações que impulsionaram a atividade	7	[...] Ações existem. O problema é que são ações sem planejamento de médio e longo prazo. São ações isoladas, principalmente do poder público. Esse propósito tem sido pensado, mas ainda não há algo efetivo (ENT. 04).
		[...] o desenvolvimento do setor turístico da região beneficiou muito o município. Resende Costa é o único da região que produz o tear na qualidade que temos hoje. Mas, ainda falta uma maior divulgação do município (ENT. 01).
		[...] A gente tem o artesanato, mas não tem aquela estrutura de suporte por trás. Tem muito poucas pousadas. Tem muitas cachoeiras aqui em volta, muitas fazendas antigas, podia criar uma estrutura em volta (ENT. 02).
Participação do poder público	8	[...] Temos boa ligação com o Instituto Estrada Real, Circuito Trilha dos Inconfidentes e, inclusive, com o poder público. Só que não há desenvolvimento do poder público para o artesanato. Falta muito do poder público, uma real visão do que é a potência política. Hoje em dia eu torço pra que nem crie essa secretaria de turismo. Estou muito esperançoso com a criação do CONTUR (Conselho Municipal de Turismo). Todos os membros estão muito afinados com a proposta de desenvolvimento. Seja este lento, mas sólido e sustentável. Acredito que com o CONTUR funcionando não haverá necessidade da secretaria de turismo. O problema é criar expectativa, pois criar expectativa e não atendê-la, gera a frustração (ENT. 04).
		[...] É nula, a verdade é essa, nenhuma. Teve um prefeito aqui, nas ultimas eleições, o cara que ficou no poder dez anos e falou que não sabia; nós fizemos a reunião no anfiteatro com ele só sobre o negócio do artesanato da associação e mostramos números para ele. Só que números a gente tem que ter um levantamento, mas a gente tem uma ideia de tanto que estamos acostumados a mexer. Daí nós mostramos em números para ele mais ou menos o que corre aqui dentro de dinheiro do artesanato (ENT. 02).
		[...] Aqui somos nós que promovemos o município e o tear. O poder público não tem interesse (ENT. 03).
Contribuição da atividade que desenvolve para o município	9	[...] Há um grande número de pessoas que estão ocupadas direta ou indiretamente. Eu comercializo vários outros produtos de artesãos de várias linhas e isso resgata esses outros ofícios (ENT. 04). [...] O emprego, a própria divulgação do município, porque, indiretamente, a gente está divulgando (ENT. 07). [...] Meu produto é bom. Várias pessoas comentam e ficam curiosas em saber como é produzido. Quando um atacadista vem comprar, eles falam que os clientes deles ficam curiosos em conhecer a produção, o processo produtivo, conhecer a cidade. Isso é importante. Outro ponto é a quantidade de gente que está envolvida com o artesanato. É a maior fonte de renda de Resende Costa. Isso é muito bom para o município (ENT. 2).

Quadro 5 Repertório interpretativo – atividade artesanal nos municípios e seus limitadores (Resende Costa)

Fonte: Elaborado pelo autor

Na categoria 6, questões como falta de qualificação profissional, estrutura do município, forte competição e pouca articulação dos atores envolvidos foram destacadas como limitadores da produção artesanal dos municípios. Cabe destacar que o desenvolvimento, para ser aproveitado pela localidade de forma mais profunda, implica que a própria comunidade seja integrada ao processo como partícipe e isso só é possível se ela, por meio de seus empreendedores locais, de seus técnicos e seus trabalhadores, estiver preparada para aproveitar as oportunidades que o desenvolvimento pode proporcionar.

Na fala do representante de uma instituição de apoio,

O artesanato chegou ao ponto que se encontra hoje no município através da iniciativa privada de uma forma desordenada. Não houve uma ordenação nem um grupo de fomento. Com o passar do tempo, a região, que era muito pobre, manteve a tradição do tear e, viajando para outras cidades, vendiam as colchas que eram produzidas. Isso aí já na década de 60, 70. Então, criou-se uma cultura de viajantes em Resende Costa que existe até hoje. Nós temos muito viajantes. Existe um número enorme de viajantes em Resende Costa. A produção foi crescendo, criando excedentes e passou a ter muita procura por estes produtos. Naturalmente, o mercado foi encarregando de desenvolver. Há um esforço coletivo, não ordenado. Foi capaz de, mesmo cada um isoladamente, contribuindo para o todo (ENT. 04).

Neste aspecto, Silva (2010) reiterou que o mercado é influenciado por uma realidade que emerge do contexto social, por exemplo por meio de costumes, hábitos ou normas. Assim, o autor ainda enfatiza que a compreensão da ação racional e do mercado deve considerar que os indivíduos interagem uns com os outros. A interação também existe com as pessoas de fora das instituições, estejam esses atores ligados diretamente aos aspectos econômicos ou indiretamente, por meio de aspectos históricos, sociais ou culturais.

Um ponto a ser levantado, que compreende inclusive uma limitação, é o aspecto legal e a fiscalização a que o setor artesanal está sujeito. Na fala dos entrevistados foi possível perceber que ainda existem pontos a serem adequados na produção e nos produtos e que, de forma geral, eles entendem que o poder público deveria auxiliá-los nesse sentido, conforme fragmento abaixo.

Cobrar eles cobram muito bem. Igual o Inmetro, cobrou a gente etiquetagem de mercadoria. Para isso eles cobram, mas apoio, nada. As cobranças são todas. O artesanato está até ficando complicado de trabalhar, é muita coisinha. Tem muita gente aqui que está levando muitas absurdas de fiscalização do Inmetro (ENT. 02).

Na época que o Inmetro obrigou etiquetar, a gente correu atrás do Inmetro em Belo Horizonte, mas ninguém se dispôs a vir aqui, estavam de férias (ENT. 02).

A gente ligou e veio um cara do Rio de Janeiro e a gente mostrou para ele como era a cadeia de produção. Mostrou que não tinha condições de medidas com exatidão, que não fabricamos em máquinas com precisão. Aí o cara disse que tem uma margem; a gente etiqueta, hoje, mas, na verdade, se for fazer uma fiscalização rigorosa igual se faz no sul, aqui está tendo muitos problemas. No sul que o cara pega uma fita e vai medir o que você fez. Então, não tem condições (ENT. 02).

Observa-se que devido ao fato de ser uma produção artesanal, os artesãos não se preocupam com um controle rigoroso de seus produtos. No entanto, os órgãos normativos exercem a fiscalização e têm exigências para com o produto artesanal. Nesse sentido, os artesãos encontram dificuldades para adequar os produtos e necessitam de apoio. Este apoio, na visão dos artesãos, deveria ser do poder público, o que não é percebido.

É possível perceber que, na visão deles, existem alguns artesãos que não se preocupam com as normas, o que pode gerar um descompasso no quesito qualidade entre os produtos artesanais produzidos no município

Aqui tem um negócio também. Aqui tem o pessoal que era da velha guarda, o pessoal que começou o negócio aqui. Então, eles acostumaram [referindo-se a produzir sem o controle quanto a medidas]. Na época que começaram era pouca gente e não se preocupavam com isso, o negócio de padrão de qualidade (ENT. 02).

As diferenças na forma de pensar das pessoas sobre a atividade artesanal do município vai muito além da questão de normatizações e adequações dos produtos. Enquanto a grande maioria dos entrevistados acredita que o setor deve ser mais desenvolvido, sobretudo o tear, o produto artesanal mais tradicional do município, outros discursos demonstram outra perspectiva de desenvolvimento local para o município.

Desenvolver outras áreas, a têxtil está ótimo. Vamos continuar desenvolvendo serralheria, madeira, hospedaria, o setor de serviço (ENT. 04).

[...] pode manter o foco maior no setor artesanal, mas pode crescer em outra área, acredito ser mais seguro (ENT. 04).

O setor têxtil já possui um produto de excelente qualidade, atende à demanda, não só atende à demanda, mas supre as expectativas de criação de emprego e renda na cidade. Acredito que essas expectativas estão num padrão muito bom, num padrão sustentável. Mais do que isso pode ser arriscado para o município (ENT. 04).

Observa-se, nestes fragmentos em destaque, que há necessidade de estabelecer um propósito de desenvolvimento “coletivo”, em que os artesãos busquem os mesmos objetivos, enquanto nos discursos anteriormente destacados é visível o desejo de especialização ainda maior do setor artesanal no município. O entrevistado 4 (ENT. 04) já tem uma visão diferente, inclusive sem pretensão de desenvolver a atividade artesanal têxtil, mas sim de outras atividades artesanais e de outros setores. Em outros trechos, ainda é possível destacar:

À medida que se cresce em produção, vai perdendo muito o perfil artesanal (ENT. 04).

Crescimento é bom, mas nem tanto (ENT. 04).

Neste ponto, vale retomar a abordagem sobre desenvolvimento, apresentada neste estudo, que difere de crescimento. Entende-se como desenvolvimento um processo sustentado de crescimento, que possibilita maior geração de valores econômicos e de mudança estrutural e que favorece a distribuição de riquezas entre os mais variados estratos sociais e regiões (FERRAZ; CROCCO; ELIAS, 2003).

Sobre a perda do “perfil artesanal” destacada no fragmento, Pereira (1979) já argumentava que o artesanato constitui um sistema de produção à parte da indústria, porém, com ela vai se confundindo ou sendo confundido, fazendo surgir termos como “artesanato industrial” ou “indústria artesanal”.

Quanto à participação do poder público, alguns discursos também diferem dos já demonstrados neste estudo:

[...] vou até te ser sincero: eu acredito que nem precise ter. Porque o que está indo bem, principalmente sem ajuda maciça do poder público, é até melhor (ENT. 04).

Percebe-se que nem todos os artesãos corroboram com a ideia de uma participação direta do poder público na atividade artesanal do município como forma de articular o desenvolvimento local.

Em suma, verifica-se a existência de diversos limitadores no artesanato de Resende Costa. Observa-se um consenso no qual os entrevistados pontuam como limitadores aspectos como estrutura para o desenvolvimento do turismo, a necessidade de um setor de serviço forte, entre outros. Já quanto à participação do poder público, os discursos são um pouco divergentes, uma vez que, em certos fragmentos, a não participação efetiva deste é considerada, inclusive, como uma vantagem.

No caso de Santa Cruz de Minas, no Quadro 6 são apresentados fragmentos mais peculiares sobre a atividade artesanal do município.

Categorias	N ^o	Fragmentos ilustrativos
Limitadores da produção artesanal nos municípios	6	<p>[...] Mais divulgação eu acho que deveria ter, pela TV (ENT. 14).</p> <p>[...] Isso vem lá de cima, desde o governo federal até aqui. Sem começar de lá pra cá, o próprio município já é vítima aí não cabe a gente questionar sobre o município que depende do governo federal, estadual pra incentivar a cultura. Seria fazer o que dizem que fazem, mas não fazem, como as leis de incentivo à cultura, esse tipo de coisa, nunca fez nada (ENT. 15).</p> <p>[...] Eu acredito dois meios. Primeiro, a divulgação, comunicação que mais pessoas tomam conhecimento do que a gente faz e produz. E segundo, é a fonte de capital de giro. Com dinheiro se faz dinheiro. Com todas as suas possibilidades ainda se torna bem burocrático, bem complicado porque o investimento é pra poder se desenvolver (ENT. 16).</p>
Ações que impulsionaram a atividade	7	<p>[...] Não existe. Eu gostaria que aqui tivesse mais comunicação entre as pessoas. O bom atendimento, graças a Deus, esse reflexo eu deixo pro turista, o pessoal gosta muito. Acho que isso tudo envolve a personalidade, a educação, tudo age nos reflexos (ENT. 14).</p> <p>[...] A única coisa que eu posso falar é que são as pessoas que criam o trabalho à custa dos próprios artesãos. Sem incentivo de ninguém, de nada. Que nunca teve, não só agora. O que acontece aqui é em todo país, é tudo a mesma coisa. O reflexo do que eu faço aqui, isso aqui não tem nenhum, nada. Tanto que, pra trabalhar aqui, eu trabalho e sobrevivo, mas com os contatos que eu tenho durante os anos de trabalho (ENT. 15).</p> <p>[...] Isso aí não é o meu caso, é a fonte que entra, é o móvel e o artesanato, que é o que gira no nosso município é isso, é o foco. Se não fosse isso não seria. O que anima, e acaba a gente a mexer, a gente sente que tem um reflexo muito bom, é satisfação dos clientes. Aqui circula pessoa de toda área que você puder imaginar, inclusive até pessoas de outros países frequentam aqui na nossa região. E se mostram muita admiração pelo desenvolvimento, muito agrado daquilo que a gente faz, apresenta-se como a boa novidade, um bom trabalho. A gente motiva. Isso leva a gente a encarar e ir tocando (ENT. 16).</p>
Participação do poder público	8	<p>[...] Essa daí vou te responder assim, acho que não participa tanto. Nós mesmos temos que fazer, nós temos que dar um jeito de vender aqui. Acho que a participação mais, assim, é de outras pessoas que vêm pra comprar o nosso artesanato (ENT. 13).</p> <p>[...] Devagar, muito devagar (ENT. 14).</p> <p>[...] Pra mim é péssima, são negligente. Esquecem que a cultura vem antes da educação. E sem cultura e sem educação não tem desenvolvimento (ENT. 15).</p> <p>[...] Depende de apresentar algum órgão que venha acompanhar o que precisa, o que precisa ser feito, motivar em termos de divulgação. Tem tudo a crescer, a possibilidade de crescimento é muito grande. Eu ainda tenho da minha visão deixar claro. Nós temos um período de 2011 até 2016, cinco anos. O que quer dizer com isso? Nós temos aí a Copa do Mundo e as Olimpíadas em foco. Isso gera muita renda, muito dinheiro. Desde as pessoas de maior poder até um servente, todos têm muito serviço. É a melhor fase do Brasil em geral, é essa agora. Todos os profissionais, eu acho que é tempo, principalmente eu, na minha idade que já to, é tudo ou nada. Tá faltando apoio (ENT. 16).</p>
Contribuição da atividade que desenvolve para o município	9	<p>[...] Acho que dá serviço para os outros meninos. Eu preciso dos acabadores pra fazer o meu... aí, da mão de obra (ENT. 13).</p> <p>[...] O nosso trabalho, nosso serviço, nosso artesanato traz turismo, traz pessoas de fora (ENT. 16).</p> <p>[...] ajuda a divulgar a vocação do município (ENT. 12).</p>

Quadro 6 Repertório interpretativo – atividade artesanal nos municípios e seus limitadores (Santa Cruz de Minas)

Observando os fragmentos ilustrativos da categoria nº 8, “Participação do Poder Público”, é possível perceber a insatisfação dos entrevistados com o poder público. Entretanto, cabe ressaltar que, conforme fragmentos de outras categorias, os próprios entrevistados destacam que a inclusão do município no projeto Estrada Real, do governo de Minas Gerais, favoreceu e potencializou o desenvolvimento da atividade artesanal no município.

Dessa forma, constata-se que, muitas vezes, os entrevistados confundem participação e responsabilidades do poder público como instituição de apoio à atividade artesanal e ao desenvolvimento local. Alguns deles esperam uma participação pública direta para promover os produtos e isso não compreende o papel da instituição. Nos modelos de crescimento endógeno (MATTOS,1997), o tipo de regulação por parte do Estado é de ordem intermediária, orientado a gerar um ambiente favorável à inversão privada, de forma a estimular a acumulação endógena de capital físico e humano, a pesquisa e o desenvolvimento e o aumento da capacidade e da competitividade empresariais.

Obviamente, sabe-se que o fomento, o ordenamento, a facilitação e o controle para que ocorra o desenvolvimento do município de forma sustentada deveriam ser a posição primordial dos governos locais no atendimento ao desenvolvimento econômico. Mas, é preciso destacar que, por desconhecimento, às vezes alguns discursos que relatam sobre a presença e a participação do poder público podem não representar de fato a realidade. No fragmento em destaque a seguir, é possível perceber que uma ação do poder público potencializou a atividade do município:

O projeto Estrada Real foi muito importante para o município, principalmente por Santa Cruz de Minas ser um município muito pequeno, com apenas 15 anos de existência, foi implantado o primeiro marco da Estrada Real (ENT. 18).

Com relação à categoria número 8, que envolve a “Participação do Poder Público”, o projeto Estrada Real refere-se à principal iniciativa do governo de Minas Gerais na área de turismo e o mais importante programa turístico em implantação no país. Seu objetivo é promover o desenvolvimento dos 162 municípios mineiros situados na área de influência da Estrada Real, por meio do incentivo ao turismo cultural, religioso, histórico e rural, ecoturismo e turismo de aventura. Dessa forma, verifica-se que a atividade artesanal desenvolvida no município pode estar sendo beneficiada pelo projeto e, assim, contrariando alguns discursos nos quais se afirma a inexistência da participação do poder público no desenvolvimento local.

Para detalhar mais precisamente a relação direta entre artesanato e o turismo, na subseção 4.5 há informações desta relação em cada município analisado.

4.5 O artesanato e o turismo

Entendendo o artesanato como um dos elementos primordiais da cultura de um povo, este desponta como um importante foco de crescimento da atividade turística.

O artesanato é reconhecido por apresentar-se de diferentes formas. Dependendo da cultura onde se manifesta, ocorre a transformação de seus valores em objetos de lembranças e registros que repassam a identidade do lugar visitado.

O 'fazer turismo' é uma forma que as pessoas optam para praticar o lazer e conhecer novos lugares e atrativos curiosos, tendo como um dos alvos a identidade cultural de um povo, pois é uma boa oportunidade de apreciar culturas diferentes.

Nos Quadros 7 e 8 são apresentados fragmentos ilustrativos das entrevistas realizadas nos municípios, de forma a observar, na perspectiva dos artesãos e empresários do setor artesanal, qual o estímulo que atividade pode exercer sobre o setor turístico.

Categorias	Nº	Fragments ilustrativos
Estímulo ao turismo	10	[...] o artesanato, hoje, é um atrativo turístico. No entanto, o município precisa desenvolver outros atrativos para que, indiretamente, desenvolva também o tear, pois as pessoas vêm aqui para comprar o artesanato específico. Se existisse outro atrativo, a compra desse artesanato poderia ser não um fim, mas um meio de comercializar o artesanato aqui produzido (ENT. 02).
		[...] estimula, uma vez que quem compra os produtos precisa se alimentar aqui, precisa se hospedar, etc. (ENT. 01).
		[...] o tear é um chamativo do turista hoje. Mas, temos que buscar estratégias para segurar o turista no município e, assim, explorar mais esse potencial (ENT. 06).

Quadro 7 Repertório interpretativo – atividade artesanal como estímulo ao turismo (Resende Costa)

Fonte: Elaborado pelo autor

É possível afirmar que o município de Resende Costa tem um potencial significativo para a exploração do turismo. No entanto, há sérios problemas quanto à estrutura do município para desenvolver o setor. Os entrevistados veem a oportunidade de buscar no turismo uma forma de promover a atividade artesanal no município e de exploração de outro nicho no mercado.

“com isso é possível diversificar a economia local” (ENT. 03).

Diversificar a economia local, com base na identidade cultural existente no município, permite que seja criado um espaço de sustentabilidade cultural.

O conceito de sustentabilidade cultural coaduna com a ideia de que o turismo é importante para preservar os bens patrimoniais, modos de vida e tradições. O turismo com base no legado cultural é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural (BARRETO, 2000). Por meio da cultura local conhecemos e valorizamos o comportamento, a autenticidade e a educação das pessoas. Assim, pode-se evidenciar o desenvolvimento local a partir da sua cultura, pois a comunidade é importante aliada nas tomadas de decisões pertinentes ao planejamento, ao desenvolvimento e à gestão do turismo numa localidade.

O conceito de sustentabilidade econômica coaduna com a ideia de que o turismo tem contato com várias atividades econômicas diferentes. Quer dizer que essa atividade tem vários campos a serem explorados: hotelaria, agência de viagens, eventos, recreação, lazer, gestão, comunicação, ecoturismo e turismo ecológico (COOPER et al., 2001). O turismo é considerado uma atividade do setor terciário que gera emprego, renda, divisas e, por conseguinte, é um fator de desenvolvimento. Dessa forma, pode-se dizer que o desenvolvimento da economia local pode ser alavancado pelo turismo.

No entanto, o modelo de desenvolvimento territorial é considerado mais apropriado para o desenvolvimento turístico (SILVA, 2006). Utiliza recursos produtivos de base local, proporcionando um efetivo grau de endogeneização dos benefícios socioeconômicos gerados no processo. Uma vez que toda a região em que o município está inserido tem forte apelo turístico devido a aspectos culturais e naturais, pode-se considerar que a estruturação para exploração do setor pode ser uma possibilidade de diversificação econômica potencial para município.

Em Santa Cruz de Minas, no Quadro 8 apresentam-se fragmentos ilustrativos das entrevistas realizadas sob a mesma perspectiva do quadro anterior.

Categorias	Nº	Fragmentos ilustrativos
Estímulo ao turismo	10	<p>[...] Estimula pela curiosidade das pessoas conhecerem peças diferentes dessas coisas trabalhadas. Muita coisa que, às vezes, é quase que industrial, mas a maioria aqui tem coisas feitas à mão mesmo, ferros forjados. A curiosidade das pessoas de vir conhecer, acho, que, dessa forma, estimula (ENT. 11).</p>
		<p>[...] Eu acho que é mais pelo que nós fazemos mesmo. Acho que deve agradar mesmo. Muita gente vê lá Rio, no site, lá faz questão de vim aqui só pra vê o artesanato. A pessoa vê isso daí lá no Rio, aí ela pega e vem aqui e fica interessado mesmo no que a gente faz (ENT. 13).</p>
		<p>[...] Não sei, tem muita divulgação por sites. Eu mesmo já tive retorno com isso, sites particulares. Uma pessoa monta um site, convida e você paga uma certa quantia e participa desse site, que é razoavelmente divulgado, mas sempre por iniciativa das próprias pessoas, não por órgão nenhum de prefeitura, de governo nada, iniciativa própria. Não por incentivo nenhum. Existe lei no Brasil chamam de lei Rouanet, lei de incentivo à cultura, mas nunca serviu pra nada não. Pode servir pra algum famoso de televisão, alguma coisa. Pros artesãos e artistas mesmo nunca serviu pra nada não. Eu te falo porque tenho vinte e quatro anos e foi bem depois que lançaram essa lei. Então, não existe isso. Existe iniciativa própria, na arte, mesmo no Brasil, existe a iniciativa própria, não o incentivo (ENT. 15).</p>

Quadro 8 Repertório interpretativo – atividade artesanal como estímulo ao turismo (Santa Cruz de Minas)

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando-se os fragmentos e conforme Qian, Feng e Zhu (2011), o desenvolvimento do turismo tem desempenhado um papel cada vez mais importante na promoção local, na vitalidade econômica da região e na consolidação da produção cultural local.

“A atividade artesanal estimula o turismo no município e na região” (ENT. 14).

Qian, Feng e Zhu (2011) constataram que, a exemplo de pequenos municípios da China, o desenvolvimento do turismo tem sido uma das bases do processo de desenvolvimento que é, ao mesmo tempo, condicionado pela atuação de arranjos institucionais que têm reproduzido a imagem simbólica do consumo turístico local.

Sendo assim, em ambos os municípios analisados, existe grande potencial turístico, no qual o artesanato possui um papel significativo. Tal fato revela-se de grande importância, uma vez que o turismo é uma das atividades que mais se desenvolvem no mundo, evidenciado pelo aumento de sua participação relativa dentro do setor de serviços que, por sua vez, vem apresentando crescente influência no Produto Interno Bruto dos países. Nesse sentido, o artesanato destaca-se como um elemento imprescindível na composição do produto turístico, que contribui significativamente para o setor no incremento do turismo cultural e, particularmente, na formação de roteiros turísticos.

4.6 Nível de organização, articulação e cooperação entre os atores envolvidos na atividade artesanal dos municípios

Neste capítulo, observam-se pontos comuns em ambos os municípios analisados quanto à organização, à articulação e à cooperação, sendo a questão que norteia a articulação dos atores um ponto ainda a ser muito aprimorado.

Nos Quadros 9 e 10 é descrito o nível de organização, articulação e cooperação entre os atores envolvidos na atividade artesanal dos municípios, conforme os fragmentos ilustrativos das entrevistas.

Categorias	Nº	Fragmentos ilustrativos
Troca de informações entre artesãos	11	[...] Existe. Nós montamos essa associação para o pessoal discutir tudo (ENT. 03).
		[...] Existe uma cooperação. Não como uma consciência associativista. Troca inconsciente (ENT. 04).
		[...] Tem a cooperação, mas muito incipiente. Faltam parcerias (ENT. 07).
Articulação entre as instituições	12	[...] Temos boa ligação com o Instituto Estrada Real, Circuito Trilha dos Inconfidentes e, inclusive, com o poder público. Só que não há desenvolvimento do poder público para o artesanato. Falta muito do poder público, uma real visão do que é a potência política. Hoje em dia eu torço pra que nem crie essa secretaria de turismo. Estou muito esperançoso com a criação do COMTUR. Todos os membros estão muito afinados com a proposta de desenvolvimento. Seja este lento, mas sólido e sustentável. Acredito que, com o CONTUR funcionando, não haverá necessidade da secretaria de turismo. O problema é criar expectativa, pois criar expectativa e não atendê-la gera a frustração (ENT. 04).
		[...] Não há um envolvimento entre associações. Acredito que haja mais conflitos (ENT. 06).
		[...] Bem, já foi desenvolvido projetos de capacitações do SEBRAE com a associação, mas não há divulgação (ENT. 07).
Relação entre artesãos e concorrência	13	[...] Existe. Nem tanto os artesãos; é o artesão, o lojista no final das contas (ENT. 03).
		[...] Não há concorrência entre os artesãos, mas sim entre lojistas. Não há cultura associativista. Todos têm o discurso associativista, mas somente o discurso (ENT. 02).
		[...] Os artesãos possuem uma produção própria, de criação própria, com características próprias (ENT. 05).
Cooperação na atividade artesanal	14	[...] Tem. Mas há intrigas também (ENT. 02).
		[...] Existe a cooperação. Mas poderia ser maior (ENT. 03).
		[...] Eu, particularmente, coopero muito com os demais. Mas isso nem sempre acontece com os outros (ENT. 06).

Quadro 9 Repertório interpretativo – articulações e cooperação na atividade artesanal (Resende Costa)

Fonte: Elaborado pelo autor

Em Resende Costa, conforme pode ser observado na categoria 11, os discursos informam que existe algum tipo de cooperação. No entanto, há uma diferença entre o agir com cooperativismo e a vontade cooperativa da população. Esta última caracteriza-se pela consciência das pessoas sobre a importância da ação cooperativa e o desejo que estas possuem de seguir tal linha. Já o agir com cooperativismo compreende uma ação simultânea e coletiva de trabalhar para o mesmo fim e, juntos, buscar o êxito de um objetivo ou propósito em comum.

Na categoria 12, que se refere à articulação entre as instituições, observa-se que existe uma iniciativa de algumas instituições para o desenvolvimento do artesanato, mas as ações nem sempre correspondem à expectativa dos artesãos entrevistados. Observa-se que, apesar da existência das associações no município, estas não desempenham seu papel de forma a atender seus associados. Utilizam-se as associações como uma forma de promover-se individualmente no setor artesanal.

Observando-se as categorias 13 e 14 do Quadro 9, que abordam a cooperação e a concorrência em Resende Costa, os entrevistados afirmam a existência da cooperação, mas sem o espírito de cooperativismo na profundidade do conceito.

No Quadro 10, observa-se que Santa Cruz de Minas apresenta características ainda menos favoráveis a cooperação.

Categorias	Nº	Fragmentos ilustrativos
Troca de informações entre artesãos	11	[...] Alguns trocam ideias, têm outros que não (ENT. 11).
		[...] Não. “Cada um por si e Deus por todos” (ENT. 14).
		[...] Não. Existe é uma competição tremenda (ENT. 16).
Articulação entre as instituições	12	[...] Não tem muita comunicação direta. Às vezes a gente troca uma ideia e outra, mas não tem uma coisa direta entre os artesãos não (ENT. 11).
		[...] Cada um age como pode, na matéria-prima. Igual eu vi uma amiga minha, aqui na frente, ela corre muito atrás de barro pra a cerâmica. Fica a cada um correr atrás das suas articulações (ENT. 14).
		[...] Infelizmente, por falta de conhecimento, no meu caso, no meu entender eles não sabem o que significa isso (ENT. 15).
		[...] Não tem foco nenhum, ninguém favorece nada. Eu acho que aqui precisa, é como eu acabei de mencionar. Alguém que venha divulgar, a prefeitura ou o próprio SEBRAE, um outro órgão, alguém que venha trazer pelo menos esclarecimentos de direitos e razões, o que podem ser feitos. Até então acaba focando por focar, tá crescendo o foco. Podem ver que mais lojas estão abrindo a cada dia e a rua está tornando um comércio só e precisa de alguém que se manifeste aí pra auxiliar em cima de meios pra crescer mais. Até então não tem. Que eu saiba não (ENT. 16).
Relação entre artesãos e concorrência	13	[...] Tem a concorrência, mas tem uma relação boa. Também não é briga também não, normal (ENT. 11).
		[...] Existe e muita (ENT. 12).
		[...] Existe. Eu sou uma forte concorrente (ENT. 14).
		[...] A forma de concorrência maior é entre os móveis, confecção antiga de móveis. Artesanato, cada um cria o seu trabalho. Quase não existe concorrência com artesãos, praticamente não existe porque cada um faz a sua criação, cria o seu trabalho. Na parte de móveis não, as pessoas copiam o modelo de outro. Na arte artesanato eu sou obrigado a destacar na parte dela, na parte da criação dela.. O que é chamado de arte entre aspas é assinatura, mas a arte mesmo que você tá trabalhando é pela qualidade (ENT. 15).
		[...] Existe, tanto que copia. Em termo de preço, de qualidade, valores, é o que mais tem (ENT. 16).
Cooperação na atividade artesanal	14	[...] Acho que não existe assim cooperação direta não, cada um não tem essa... não resolve o seu, não tem aquela relação (ENT. 11).
		[...] É cada um na sua, individual, cada um faz. A maioria quer fazer o próprio nome. É por isso que não teve condição dessas pessoas criarem associação, porque não deu certo por causa disso. Geralmente, uma pessoa quer ficar na frente da outra, como sempre tudo é. A pessoa tá sempre querendo destacar mais sobre as outras. E a cooperativa não funciona. As cooperativas que existem é só nome. Você acha que é uma cooperativa, mas não é. É uma empresa que usa pra levar algumas pessoas pra expor trabalhos, alguma coisa assim. Eles tão visando a eles e não os artesãos e nem os artistas (ENT. 15).
		[...] É cada um por si e bola pra frente (ENT. 16).

Quadro 10 Repertório interpretativo – articulações e cooperação na atividade artesanal (Santa Cruz de Minas)

Fonte: Elaborado pelo autor

Pelos depoimentos, percebe-se uma concorrência mais acirrada e um nível ainda menor de cooperação entre os atores envolvidos do município de Santa Cruz de Minas. Vale (2007) já havia reforçado essa possibilidade ao afirmar, em sua obra *Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais*, que a proximidade física não é um fator determinante para a garantia de maior relacionamento e que, em um ambiente no qual muitas empresas se especializam em produtos e serviços semelhantes e competem pelos mesmos clientes, a harmonia pode ser subestimada, dando lugar a um clima de competição e indiferença. Neste caso, apesar de o município estar crescendo significativamente na produção artesanal, a baixa ou a falta de cooperação poderão afetar o futuro do artesanato naquele espaço.

Cooke e Wills (1999) pontuam que a cooperação é também relevante como alicerce do capital social de uma região. O capital social pode ser definido como o conjunto de recursos individuais e coletivos que resultam de um trabalho em rede e são institucionalizados por meio do conhecimento e do reconhecimento mútuo dos agentes envolvidos. Assim, o capital social se desenvolve à medida em que as empresas de um local vão formando parcerias com clientes, fornecedores, outras empresas do setor e instituições de pesquisa.

Um dos alicerces do processo de cooperação é a existência de troca sistemática de informações entre os agentes envolvidos. A cooperação depende também do grau de confiança entre os agentes e de sua capacidade de planejamento a médio prazo.

Percebe-se, nos fragmentos de 12 e 14 do Quadro 10, que a articulação entre empresas, instituições e artesãos está longe do ideal de cooperativismo que se torna diferencial no desenvolvimento local.

Como observado por Benko (2000), desde os anos 1980, diferentes grupos de estudiosos se debruçaram sobre a questão do desenvolvimento local, dando origem a diversas abordagens. Em cada uma delas a cooperação

desempenha papel importante. Um primeiro conjunto de reflexões consiste nos trabalhos de economistas como Giacomo Beccatini, Alfredo Bagnasco e Sebastiano Brusco sobre os distritos industriais italianos, que recuperaram a noção marshalliana de externalidades associadas ao território. Este conjunto inclui também os trabalhos de Michael Piore e Charles Sabel sobre a especialização flexível. Nos trabalhos destes autores, os casos de sucesso de desenvolvimento local, como os das empresas da Terceira Itália, mostram que a cooperação desempenha papel fundamental para a competitividade das empresas (COCCO; GALVÃO; SILVA, 1999).

Embora seja uma característica dominante na configuração produtiva local, a baixa densidade de cooperação entre os artesãos ou entre empresários não é fenômeno homogêneo. Durante a pesquisa, observou-se que, em alguns pontos, existe a cooperação, como, por exemplo, a indicação de um cliente para um artesão que detém o produto ou, até mesmo, o fornecimento de matéria-prima para suprir temporariamente a falta do recurso do concorrente direto. Mas, para a grande maioria das empresas e artesãos, conforme os fragmentos de depoimentos indicados no Quadro 10, as relações de cooperação não desempenham papel importante em sua estratégia produtiva.

4.7 Perspectivas da atividade artesanal dos municípios

O desenvolvimento, normalmente, não acontece por acaso, exigindo que se coloque grande quantidade de esforços ordenados para que ele ocorra. Como existe uma série de componentes que diferenciam as localidades e regiões umas das outras, as soluções para cada um desses locais estimular seu desenvolvimento também serão diferentes.

Em Resende Costa, a tradição no tear e o histórico da atividade demonstram um artesanato mais consolidado, mas que carece de um

planejamento estratégico para desenvolver áreas relacionadas ao setor e um empenho em estruturar o município para o turismo.

Em Santa Cruz de Minas, sua localização geográfica, tida como fator diferencial, pode proporcionar ganhos com a atividade turística na região. Entretanto, a articulação com São João Del Rei e Tiradentes faz-se fundamental, uma vez que sua limitação territorial pode impedir o município de desenvolver seu turismo próprio. Dessa forma, caso os dois municípios que fazem divisa com Santa Cruz de Minas não desenvolvam o setor turístico de maneira apropriada, o município seria altamente prejudicado, uma vez que depende diretamente do fluxo de pessoas que circulam na região.

Assim, o desenvolvimento se caracteriza pelos padrões de seus modelos físico, econômico e social que devem promover a mudança da situação em que a localidade se encontra para aquela que se deseja. Sua finalidade consiste, a partir da compreensão dos traços fundamentais e da história da localidade, em estabelecer os requisitos de competitividade e habilidade que possibilitem a essa comunidade enfrentar o futuro e progredir econômica e socialmente num espaço físico harmoniosamente ordenado.

Dada a importância do artesanato para o desenvolvimento, observa-se a necessidade da realização de projetos de fomento, partindo de entidades governamentais e não governamentais, sempre levando em consideração os três fatores fundamentais: o cultural, o econômico e o social, a fim de adequá-los às condicionais regionais e locais. Observa-se o início do desenvolvimento local sustentado pelo desenvolvimento econômico, no entanto, pouco participativo.

Do ponto vista cultural, é preciso contextualizá-lo historicamente e considerá-lo dentro de sua realidade sociocultural, valorizando suas atividades para revigorar os fazeres tradicionais dentro de uma experiência e uma realidade histórica para formar novos artesãos. Pois é a continuidade desses fazeres

tradicionais que permitirá a garantia da continuidade desses elementos culturais, preservando-os como patrimônio autêntico da comunidade.

Já numa perspectiva econômica, principalmente a comercialização, é necessário preparar e adequar a produção do artesanato aos padrões de consumo atual para garantir suas vendas em novos nichos de mercado, para que os produtos alcancem preços justos em função de sua importância cultural, artística ou funcional.

Quanto ao aspecto social, conforme já percebido nas entrevistas realizadas, o artesanato tem papel significativo na renda, no emprego e na ocupação das pessoas que vivem nos municípios. Outra percepção é quanto aos impactos do artesanato no turismo ou quanto ao efeito do turismo no artesanato. É necessário que a comunidade receptora esteja sempre atenta ao desenvolvimento das atividades turísticas para suprir a demanda dentro das realidades locais de produção e com a sua construção “identitária”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram realizadas discussões e reflexões sobre desenvolvimento local e artesanato e a análise da atividade artesanal dos municípios mineiros de Resende Costa e Santa Cruz de Minas.

A atividade artesanal existente nos municípios necessita ser mais bem compreendida e analisada por diversos atores, pois sua disseminação e evolução ocorreram como uma espécie de verdade inquestionável, e pode ser capaz de contornar alguns problemas do município e potencializar o desenvolvimento local. Por isso torna-se necessário compreender sua origem e os interesses que a norteiam, para que a decisão de fomentá-la e/ou promovê-la não seja demasiadamente ingênua ou descomprometida.

Embora não se tenha trabalhado numa perspectiva positivista e hipotético-dedutiva, inicialmente foi pensado que a atividade artesanal desempenhada nos municípios tinha indícios de ser um exemplo efetivo no papel de impulsionadora do desenvolvimento local, oferecendo um ambiente singular para este estudo. A atividade pertencente à cultura local caracterizaria o aspecto sócio-cultural, se desenvolveria dentro de um mesmo território, enfatizando o aspecto local, e geraria uma alternativa econômica para o município, para os artesãos e seus familiares, dentro dos parâmetros de sustentabilidade econômica, social e cultural. Traços de estratégia coletiva também podiam ser notados como a existência de associações de artesãos e sua interação com atores do poder público e do setor privado para promoção de atividades inerentes ao artesanato. Tais indícios, em seu conjunto, motivaram a eleger os municípios de Resende Costa e Santa Cruz de Minas como objeto investigado na pesquisa.

Observam-se as mutações ocorridas no cenário internacional a partir dos anos 1970, constatando-se uma nova lógica de pensar o desenvolvimento. O desenvolvimento local destaca a mobilização de recursos locais, recursos

territoriais e da comunidade, na promoção do desenvolvimento sustentável de determinada região. Do relacionamento entre a comunidade e os recursos locais e territoriais surgem os planos de ação que articularão da melhor maneira as ações futuras focadas no desenvolvimento.

Para fazer face ao problema e objetivos de pesquisa, foram criados quadros de análises a partir da fundamentação teórica, com o objetivo de identificar elementos de desenvolvimento local e das peculiaridades dos municípios, na visão dos atores. A aplicação do quadro de análise permitiu examinar os dados em profundidade, criando condições para o exame científico da situação revelada pelos dados empíricos. Como resultado, constatou-se que a atividade artesanal desenvolvida nos municípios pode, sim, vir a ser utilizada como um setor estratégico para a prática do desenvolvimento local. No entanto, na análise das dimensões econômicas, sociais e culturais dos municípios foram reveladas grandes lacunas, as quais necessitam ser superadas, para que, de fato, possam ser um exemplo de desenvolvimento local.

Dentro do conjunto das dimensões dos referidos quadros de análise, podem-se destacar alguns pontos importantes que necessitam ser aprimorados para que favoreçam o desenvolvimento da atividade artesanal e, conseqüentemente, potencializem o desenvolvimento local.

Na dimensão da atividade artesanal e seus limitadores, observa-se que os municípios, salvo suas peculiaridades, ainda necessitam de uma estrutura que favoreça o fortalecimento de outros setores para, assim, promover um desenvolvimento mais intenso e integrado do artesanato.

Na dimensão do artesanato como estímulo ao turismo, observa-se um imenso potencial dos municípios para a atividade. No entanto, a carência de suporte e, novamente, uma estrutura propícia para a expansão do turismo são questões que comprometem a possibilidade de exploração do setor.

Um fator crítico, que compromete o artesanato nos municípios, é o nível de articulação e cooperação na atividade artesanal. Sobretudo em Santa Cruz de Minas, a lógica cooperativista não é vista como um meio de crescimento coletivo por parte dos entrevistados. As articulações dos artesãos, empresários, instituições de apoio e poder público ainda não são estabelecidas com um propósito comum a todos os envolvidos, o que dificulta o alcance de metas que, por ventura, possam ser traçadas. Em Resende Costa já existe um movimento que compreende o cooperativismo. No entanto, encontra-se numa fase bem incipiente e com a minoria dos atores envolvidos.

As ações conjuntas, tão importantes para o desenvolvimento local, ainda são poucas e bem pontuais nos municípios. Resende Costa, devido à sua tradição na atividade artesanal, demonstra maior avanço na busca de estratégias que venham a possibilitar um desenvolvimento local sólido e sustentável, com o envolvimento da comunidade. Santa Cruz de Minas, pela sua favorável localização geográfica, preocupa-se em estabelecer meios para se beneficiar de uma forma direta do turismo praticado em São João Del Rei e Tiradentes, utilizando, assim, estratégias que dependem exclusivamente de seus municípios vizinhos. Tal fato pode ser considerado mais arriscado, pois o município fica mais vulnerável a situações das quais não possui controle direto.

De qualquer modo, a pesquisa revela que, em ambos os municípios, o artesanato influencia fortemente a dimensão econômica, social e cultural, tendo na atividade a principal fonte de renda e ocupação para a população, conforme dados levantados nas entrevistas. Tal fato possibilitou, inclusive, o estabelecimento de uma identidade territorial a qual permeia por questões sócio-culturais condições que sustentam o desenvolvimento com base em riquezas locais seja efetivo, ou seja, existem as condições básicas para que ocorra desenvolvimento local nos dois municípios.

No entanto, os municípios ainda carecem de articulações entre os atores locais e de criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local. Tais políticas são necessárias para os dois municípios, a fim de dar continuidade ao processo já iniciado de desenvolvimento local, mas que ainda carece de planejamento, cooperação e, principalmente, de articulações entre os atores. O artesanato, por si só, já representa um potencial para o desenvolvimento dos municípios e, se integrado de forma mais precisa a outros setores, como, por exemplo, o turismo, poderia ser objeto inclusive de ações estratégicas com foco no desenvolvimento local.

Quanto a limitações do estudo, todo método tem dificuldades e limitações de operacionalização que surgem no decorrer da pesquisa. Em relação a este trabalho, podem-se apresentar algumas questões referentes à coleta de dados, pois, em um estudo de caso ou multicaseos, os resultados obtidos acenam para uma limitação de generalização das observações. Outra limitação pode ser observada na questão dos entrevistados porque estes podem responder de maneira evasiva ou sem grande comprometimento, por não verem sentido ou importância ao estudo. Os representantes das instituições ou do poder público podem ainda responder de forma tendenciosa, no sentido de favorecer a imagem das instituições ou as políticas exercidas pelo poder local. Ou, ainda, a possibilidade de os sujeitos entrevistados não serem representativos da população.

Em relação ao tratamento dos dados, há a limitação inerente a qualquer pesquisador porque este pode enganar-se ao tentar fazer suas interpretações em relação às análises feitas sobre as transcrições das entrevistas, o que, contudo, não significa tendenciosidade.

Um estudo com viés qualitativo apresenta uma limitação metodológica pela generalização, quando comparado a sistemas semelhantes. No presente

estudo, esta limitação se dá, então, pela comparação entre dois casos de estruturas de desenvolvimento local nos quais a atividade artesanal se destaca.

Com relação ao referencial teórico, que buscou base na sua explicação no desenvolvimento local e territorial, acredita-se que, embora este tenha sido considerado o mais adequado para o estudo em questão, não haveria impedimento para que outras vertentes teóricas fossem implementadas na análise da coexistência de casos de desenvolvimento local existentes nos municípios em análise, motivados pela atividade artesanal.

Sugere-se a realização de outros estudos para melhor compreender a formação dos aglomerados produtivos de base artesanal destes municípios, ou ainda, verificar o impacto do setor artesanal e sua relação com o turismo em toda a região das vertentes. Propõe-se também a realização de outros trabalhos direcionados à construção de sistemas de indicadores de desenvolvimento local relacionando à atividade econômica desenvolvida no município, para facilitar a elaboração de trabalhos e o estabelecimento de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 13-29.

ABREU, J. C. **Estratégia e oportunidades locais**: um estudo sobre rede dinâmica em aglomerados de empreendedores de base artesanal. 2002. 349 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Ed.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: SEBRAE, 2004. p. 9-16.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição doprogresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: BNB, 1998. 151 p.

ALCADE, E. A.; LE BOURLEGAT, C. A.; CASTILHO, M. A. O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas, MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. **Interações -Revista Internacional deDesenvolvimentoLocal**, Campo Grande, v. 8, n. 2, p. 223-234, set. 2007.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Brasília: IPEA, 1996. 86 p. (Planejamento e Políticas Públicas, 14).

_____. Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 261-286, jun. 2001.

ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 85-102.

AVILA, J. S. d'. O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. In: RIBEIRO, B. (Org.). **O artesão tradicional e seu papel na sociedadecontemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1984. p. 167-188.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. 98 p.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 278 p.
- _____. **Redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno**. Madrid: Pirámide, 1999. 198 p.
- BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005. 91 p.
- BECKER, F. D.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 115 p.
- BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D. K.; MEAD, M. The case research strategy in studies of information systems. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 11, n. 3, p. 369-386, Sept. 1987.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. 195 p.
- BENKO, G. Les théories du développement local. In: CABIN, P. R. (Coord.). **L'économierépensée**. Paris: SciencesHumaines, 2000. p. 197-208.
- BOISIER, S. ¿Y si eldesarrollofuese una emergência sistêmica? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 9-42, jan./abr. 2003.
- BORBA, R. A. V. **A cidade cognitiva**. 2000. 224 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: UNICAMP, 2007. 171 p.
- BRITO, S. B. **Política de desenvolvimento local com foco nos arranjos produtivos locais: por que a questão ascendeu à agenda do governo brasileiro?** 2009. 207 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BRUNET, R. **Les territoiresdans les turbulences**. Paris: Reclus, 1990. 223 p.
- BUCHY, M. Development and local knowledge. **Development and Change**, Oxford, v. 37, n. 3, p. 651-652, May 2006.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. São Paulo: IPE/USP, 2000. 148 p.

CANCLINI, N. G. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 171 p.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987. 117 p.

CARVALHO, H. C. B. **Artesanato de caixeta em São Sebastião, SP**. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, 2001.

CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Roca, 2003. 256 p.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Ed.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003. p. 21-65.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M. Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivo locais de micro e pequenas empresas. In: _____. **Relatório de atividades do referencial conceitual, metodológico, analítico e propositivo - RedeSist**. Rio de Janeiro: UFRJ/SEBRAE, 2004. p. 65-118.

CLAXTON, M. **Decênio mundial para eldesarrollo cultural 1988-1997: cultura y desarrollo**. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>>. Acesso em: 8 May 2007.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P. Sobre a 'tropicalização' do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, C. M.; COSTA REIS, L. (Ed.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro, 2001. p. 69-84.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: _____. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 13-33.

COOKE, P.; WILLS, D. Small firms, social capital and the enhancement of business performance through innovation programmes. **Small Business Economics**, Dordrecht, v. 13, n. 2, p. 219-234, Mar. 1999.

COOPER, C. et al. **Turismo: princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001. 165 p.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. 234 p.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2., 1989, Águas de São Pedro. **Anais...** São Paulo: ANPUR/FAU, 1989. v. 2, p. 69-79.

DIAS, M. E. B. As areias coloridas do litoral cearense modeladas por sábias mãos. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 47-61, jul./dez. 2003.

DIGBY, S. Export industries and handicraft production under the Sultans of Kashmir. **Indian Economic and Social History Review**, New Delhi, v. 44, n. 4, p. 407-423, Oct./Dec. 2007.

DINIZ, M. B.; DINIZ, M. J. T. Arranjo produtivo do artesanato na região Metropolitana de Belém: uma caracterização empírica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 2, p. 173-208, dez. 2007.

DULLIUS, P. R. **Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: as experiências do Rio Grande Do Sul**. 2009. 137 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. S. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n2/v5n2a02.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. **Liberalização econômica edesenvolvimento**. São Paulo: Futura, 2003. 194 p.

FIRKOWSKI, O. L. C.; SPOSITO, E. S. **Indústria, ordenamento do território etransporte**. Santa Cruz do Sul: Expressão Popular, 2008. 91 p.

FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento poderes locais: marcos teóricos avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. 295 p.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 550 p.

FLORES, M. **Da solidariedade social ao individualismo**: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. 2007. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FRANCO, A. de. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável? **Revista Século XXI**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 1-61, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) para coleta do IMRS nos anos de 2000, 2002, 2004 e 2006**. Belo Horizonte, 2009. Software.

_____. **Software livre**. Versão 2009. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/956-indice-mineiro-de-responsabilidade-social-imrs>>. Acesso em: 10 out. 2011.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 241 p.

GALLICCHIO, E.; CAMEJO, A. **Desarrollo local y descentralización en América Latina**: nuevas alternativas de Desarrollo. Montevideo: Dedos, 2005. 212 p.

GAVA, R. O local e o global no contexto do desenvolvimento. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 2, n. 3, p. 57-75, jul./set. 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, M.; MACDOWELL, C. **Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios**: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. Brasília: IPEA, 2000. 102 p. (Texto para Discussão, 706).

GOMES, T. C. L. **Aglomerações produtivas e desenvolvimento local**: arranjos produtivos locais da amêndoa da castanha-de-caju nos municípios de Barreira e Pacajus no Estado do Ceará. 2007. 214 p. Tese (Doutorado em Agronegócios) -

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 1-15, 2006.

GULLAR, F. O artesanato e a crise da arte. **Revista de Cultura e Vozes**, Petrópolis, v. 88, n. 4, p. 7-12, 1994.

HAESBAERT, R. C. da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006. 395 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 out. 2011.

KASHIMOTO, E.; MARINHO, M.; RUSSEF, I. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Interações -Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 4, p. 35-42, mar. 2002.

KOZAK, M.; NIELD, K. The role of quality and eco-labelling systems in destination benchmarking. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v. 12, n. 2, p. 138-148, Sept. 2004.

LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: SEBRAE, 2006. 79 p.

LAMPEN, A. Handcraft in Europe: from the late middle ages to the early modern period. **Zeitschrift Fur Historische Forschung**, Berlin, v. 28, n. 4, p. 595-598, Aug. 2001.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. Sistema de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. In: _____. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 19-32.

LEMOS, L. de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005. 178 p.

LIBBY, D. C. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. **EstudosEconômicos**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 97-125, jan./abr. 1997.

LORENZINI, E.; CALZATI, V.; GIUDICI, P. **Territorial brands fortourism development**: a statistical analysis on the Marche Region: annals of tourism research. New York: Elsevier, 2010. 242 p.

MACEDO, C. V. A indústria têxtil suas trabalhadoras e os censos da população de Minas Gerais do século XIX: uma reavaliação. **VariaHistoria**, Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p. 207-232, jan./jun. 2006.

MAJDRAKOVA-CHAVDAROVA, O. The population of the Sanjac of Sliven: initiator of annual fairs of manufacturing products and handicraft articles. **BulgarianHistoricalReview-RevueBulgareD'Histoire**, Sofia, v. 2, n. 1, p. 332-347, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 207 p.

MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E. L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações - Revista Internacionalde Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 70-93, 2009.

MARTINS, S. **Contribuição ao estudo científico do artesanato**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973. 334 p.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MATTOS, C. La crisis de laenseñanza urbano-regional y laevolución de la teoríasdel crecimiento económico. In: ENCUESTRO DE POSGRADOS SOBRE DESARROLLO Y POLÍTICAS TERRITORIALES Y URBANAS DE LOS PAÍSES DEL CONO SUR, 2., 1997, Montevidéo. **Anales...** Montevidéo: Secção Uruguaya de laRedIberoamericana de Investigadores sobre Globalizacion y Territorio, 1997. 1 CD-ROM.

MOESCH, M. A. **Produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000. 90 p.

NORONHA, E. C.; TURCHI, L. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Brasília: IPEA, 2005. 208 p.

OLIVEIRA, C. D. **As relações artesanais e o estímulo ao desenvolvimento local no Brasil, em Gouveia, MG e outras diferentes escalas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PAMPLONA, J. B. A reemergência do auto-emprego urbano e suas implicações para o mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 1999. 1 CD-ROM.

PECQUEUR, B. **Le développement local**. Paris: Syros, 2000. 129 p.

PEIXE, R. G. **Turismo e desenvolvimento territorial: o caso do município de Botuverá e área de abrangência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, SC**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

PEREIRA, C. J. C. **Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho: o programa nacional de desenvolvimento do artesanato**. Brasília: MTB, 1979. 153 p.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia - Associação de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Software livre**. Versão 1.0.0. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>>. Acesso em: 14 out. 2011.

QIAN, J.; FENG, D.; ZHU, H. **Tourism-driven urbanization in China's smalltown development: a case study of Zhapo Town, 1986-2003**. New York: Elsevier, 2011. 36 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 251 p.

REESE, L. A. Do we really need another typology?: clusters of local economic development strategies. **Economic Development Quarterly**, Newbury, v. 20, n. 4, p. 368-376, Nov. 2006.

REICH, B. H.; BENBASAT, I. Measuring the linkage between business and information technology objectives. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 20, n. 1, p. 55-81, Mar. 1996.

RICHARDS, G.; WILSON, J. Tourism development trajectories: from culture to creativity? In: RICHARDS, G.; WILSON, J. (Ed.). **Tourism, creativity and development**. London: Routledge, 2007. p. 1-33.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

ROCA, Z. Affirmation of regional identity between rhetoric and reality: evidence from Portugal. In: BONESCHANSKER, E. et al. (Ed.). **Cultural uniqueness and regional economy**. Leeuwarden: Fryske Akademy, 2004. p. 29-52.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 230 p.

_____. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 174 p.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998. p. 32-39.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 410 p.

SERVETTO, M. **La artesanía en la zona Andina Argentina: propuestas para el desarrollo**. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1998. 152 p.

SILVA, G. M. **Mercados como construções sociais**: divisão do trabalho, organização e estrutura social de um Mercado em um território municipal. 2010. 305 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, S. A. J. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo de pólo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 17, p. 3-4, jan. 2006. Número especial.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 435-454.

TEIXEIRA, F. Políticas públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os Arranjos Produtivos Locais (APLs)? **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 46, p. 57-75, 2009.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. (Ed.). **Lesterritiores du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 177-194.

THOMAZI, S. **Cluster de turismo**: introdução ao estudo de arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006. 194 p.

TUR, J. N. Local skills strategies and local development: the case of Gandia, Spain. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, v. 44, p. 49-73, dez. 2009.

VALE, G. M. V. **Territórios vitoriosos**: o papel das redes organizacionais. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 205 p.

VEIGA, E. J. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002. 198 p.

VITTE, C. C. S. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 77-87, 2006.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 187 p.

ZAPATA, T. **Estratégias de desenvolvimento local**. São Paulo: Coordenadoria de Assistência Técnica do Governo do Estado de São Paulo, 2006. Disponível em:

<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/pemh/doc_pub/Estrategias%20de%20Desenvolvimento%20Local.pdf>. Acesso em: 5 maio 2011.

ZAPATA, T. et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias**. Rio de Janeiro: DLIS, 2001. p. 18-31.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro 1 – Poder público e instituições de apoio

I – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Identificação

Entrevistado (nome):

Instituição:

Cargo:

Tempo de participação na instituição:

Escolaridade:

Idade:

Telefone:

Município de atuação:

Data da entrevista:

- 1) Como e quando surgiu o artesanato no município?
- 2) Quantas pessoas trabalham diretamente na atividade artesanal, atualmente, no município?
- 3) Quais vantagens e desvantagens a atividade artesanal oferece ao município de forma direta e indireta?
- 4) Como foi o processo de desenvolvimento social, econômico e cultural do município?
- 5) Como o artesanato está contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural do município?

- 6) Existem programas ou projetos do governo federal, estadual e/ou municipal que são realizados no município a fim de desenvolver a atividade artesanal? Quais?
- 7) Como vocês fazem para implementar esses programas na realidade do município?
- 8) Como são realizadas as discussões e como são tomadas as decisões?
- 9) Os artesãos interagem e cooperam entre si? De que forma?
- 10) Há a participação de organizações da sociedade nos programas/projetos? Na formulação e no acompanhamento?
- 11) A população mostra-se interessada em participar de tais projetos?
- 12) Existe alguma forma de estimular a participação da população?
- 13) Quais as alterações na estrutura econômica do município devido à atividade artesanal?
- 14) O setor artesanal pode ser considerado o mais vital ou um dos mais vitais para o município? Ele desponta como fator chave no desenvolvimento local?
- 15) Quais os avanços em termos sociais, econômicos e culturais devido ao exercício da atividade artesanal no município?
- 16) Foi direcionado algum incentivo de órgãos públicos e/ou privados para desenvolver o artesanato como fonte de renda?
- 17) Quais são os gargalos que impedem um maior desenvolvimento do município e da atividade artesanal? Como superá-los?

- 18) Como funciona a relação com as outras instituições, a fim de estimular o desenvolvimento da atividade artesanal e o desenvolvimento local?
- 19) Os agentes envolvidos na atividade artesanal atuam de forma integrada para implementar o desenvolvimento social, econômico e cultural do município?
- 20) Em relação a parcerias, existe alguma forma de articulação no que diz respeito a financiamento e capacitação?
- 21) O artesanato no município pode ser classificado como uma forma de “aprendizagem coletiva”?
- 22) Quais ações têm impulsionado o desenvolvimento do município e da atividade artesanal?
- 23) A atividade artesanal desenvolvida no município estimula o turismo na região? Como é feita a articulação dos dois setores? Existem outros setores envolvidos? Quais?

APÊNDICE B -Roteiro 2 - Artesãos e empresários do setor**I – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO****Identificação**

Entrevistado (nome):

Função:

Escolaridade:

Idade:

Telefone:

Município de atuação:

Data da entrevista:

- 1) Como e quando você começou a desenvolver a atividade artesanal no município?
- 2) Qual a importância do artesanato para o desenvolvimento local?
- 3) O artesanato é sua fonte principal de renda? Quanto representa na renda total? Qual ou quais a(s) outra(s) fonte(s)?
- 4) Por que escolheu o artesanato como fonte de renda?
- 5) Quantas pessoas da família estão diretamente envolvidas na atividade artesanal?
- 6) Quais são os gargalos que precisam ser superados para o desenvolvimento da atividade artesanal no município? Como melhorar?
- 7) O retorno financeiro desde o início do exercício da atividade artesanal é satisfatório?

- 8) Existe troca de informação entre os artesãos, as empresas e as instituições envolvidas?
- 9) Como é a articulação entre as instituições e as empresas para o desenvolvimento do artesanato?
- 10) Quais ações positivas têm melhorado/impulsionado a atividade artesanal no município e quais os reflexos na atividade específica realizada por você?
- 11) Existe alguma forma de participação das associações de artesãos e da sociedade civil na elaboração e/ou na execução de algum projeto de desenvolvimento local?
- 12) Existem programas de capacitação da mão de obra?
- 13) Como você observa a participação do poder público para o desenvolvimento da atividade artesanal?
- 14) De que forma a atividade realizada por você tem contribuído para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município?
- 15) Você conhece alguém que deixou de trabalhar em outra atividade para passar a trabalhar com artesanato? Se afirmativo, qual o motivo?
- 16) De forma geral, como é a relação entre os artesãos do município? Existe forte concorrência?
- 17) Existe cooperação entre os artesãos ou empresas? De que forma?
- 18) A localização do município, principalmente em relação à infraestrutura de transportes, educação e acesso a mercados, favorece o desenvolvimento da atividade artesanal?
- 19) De que forma a atividade artesanal estimula o setor de turismo?